

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO E CRIATIVIDADE
CURSO DE HISTÓRIA

Luan Henrique Scherer Padilha

**O DISCURSO SOBRE A BATALHA DO TRIGO NOS PERIÓDICOS *CORREIO DA
MANHÃ E O GLOBO* (1949)**

Passo Fundo/RS

2024

Luan Henrique Scherer Padilha

**O DISCURSO SOBRE A BATALHA DO TRIGO NOS PERIÓDICOS *CORREIO DA
MANHÃ E O GLOBO* (1949)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado(a) em História.

Orientador: Prof. Me. Mateus Fiorentini

Passo Fundo/RS

2024

DEDICATÓRIA

Para meus pais, Guassu e Rosa, que me criaram com muito amor e afetividade. Devo isso a vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, sinceramente, ao meu professor e orientador Me. Mateus Fiorentini a quem, em tempo recorde e em auto-sacrifício ajudou tornar possível este trabalho. Também à minha antiga orientadora, Dr^a Ironita Machado por me apresentar o espaço e as possibilidades da pesquisa histórica, além de sua ajuda e ensinamentos ao longo da bolsa de iniciação científica. Às minhas amigas Tamyse, Ir. Josane, Leila e Vitória a quem eu devo a conclusão deste curso por conta de seu apoio, paciência e amizade. Agradeço novamente meu querido pai, Guassu, a quem tornou o sonho da permanência no estudo uma realidade, a quem me viu reclamar, desabafar etc. Sempre faremos uma ótima dupla. Também agradeço à minha madrastra, Raquel Brum, por cuidar do nosso guassuzinho, zelar por ele e, também, prover boas risadas. Agradeço à minha mãe, Rosa Scherer pelos anos de luta, pela educação exemplar com a qual nos proporcionou, por seu tempo de vida dedicado a nos criar com amor e carinho. Meus agradecimentos se estendem aos meus irmãos, Mariana, Felipe e Jean. Somos muito diferentes mas, o que nos torna únicos é essa diferença, sou grato pelas brincadeiras, brigas e conversas. Agradeço ao meu cunhado João por cuidar e ter paciência com a minha irmã e, principalmente, pelas conversas sobre História. Agradeço também aos meus amigos Ruy, Gustavo e Maria, sobretudo, por serem minhas cobaias, me suportarem por tantos anos e se importarem comigo mesmo em ausência.

À todos, meus agradecimentos mais sinceros.

LISTA DE SIGLAS

CCP – Comissão Central de Preços

CM – Correio da Manhã

EUA – Estados Unidos da América

OG – O Globo

SALTE – Saúde, Alimentação, Transporte e Energia.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
I CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA DO BRASIL E ARGENTINA DO PERÍODO (1930 - 1949).....	14
II BATALHA DO TRIGO: PERSONAGENS DE UMA GUERRA MIDIÁTICA.....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
FONTES.....	47
REFERÊNCIAS.....	48

INTRODUÇÃO

A "Batalha do Trigo" incluiu acusações sobre as tentativas da Argentina de interferir no mercado tritícola brasileiro, situação que levou a embaixada argentina no Brasil a elaborar um dossiê contendo as colunas publicadas sobre o assunto. A pesquisa pretende lançar luz sobre as complexas interações políticas e econômicas entre Brasil e Argentina, bem como sobre a forma como essas interações foram retratadas e debatidas na imprensa brasileira. Este estudo também busca analisar a representação e o discurso sobre a Batalha do Trigo em dois dos mais influentes periódicos brasileiros: o *Correio da Manhã* (CM) e *O Globo* (OG). A escolha desses veículos de comunicação se deve à sua importância histórica e ao papel central que desempenharam na formação da opinião pública durante o período em questão.

O trabalho se concentra na análise das colunas desses jornais, identificando os eventos narrados, os protagonistas envolvidos e suas reivindicações em relação à "Batalha do Trigo". Além disso, visa examinar o discurso nos periódicos sobre a produção de trigo no Brasil e as relações político-comerciais com a Argentina, comparando essas narrativas com a historiografia existente sobre o tema.

Iniciando a apresentação dos jornais pelo periódico *Correio da Manhã*, este fora fundado em 1901 por Edmundo Bittencourt e “notabilizou-se por ser um jornal de opinião, sem qualquer tipo de compromisso político-partidário” (Heinsfeld, 2020. p. 33). O CM¹ tomava uma postura crítica, geralmente oposicionista aos interesses governamentais, por isso, de opinião. Por esse motivo, passou a figurar também como elemento provocador de conflitos.

Fundado em 29 de julho de 1925 por Irineu Marinho, o jornal OG tinha periodicidade diária e está disponível no acervo online do OG². Marcado por um viés conservador, Roberto Marinho assumiu a direção do jornal em 1931, após a morte de Eurycles de Matos, amigo de Irineu Marinho. Na década de 40, Roberto era próximo do presidente Eurico Gaspar Dutra, o que transformava as críticas ao governo da época mais brandas, conservando a imagem do presidente (Cosendey, 2011). Dessa forma, as opiniões expressadas levavam críticas às situações especificamente, assumindo um caráter governista, porém, opinativo.

¹ CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>.

² O GLOBO. Rio de Janeiro (1949) Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>.

Ambos os jornais são exemplos de periódicos que, ao longo do século XX, informaram e influenciaram significativamente o debate público e as políticas nacionais. O discurso contido nesses periódicos, alvo de análise neste trabalho, revela não apenas as narrativas construídas em torno da Batalha do Trigo, mas também as divergências ideológicas e políticas que permeavam o jornalismo brasileiro da época. Este trabalho pretende examinar como esses jornais e os que lá proferiram suas narrativas abordavam a Batalha do Trigo, identificando as estratégias discursivas utilizadas, as perspectivas políticas defendidas e as possíveis influências sobre a opinião pública e as políticas governamentais.

Através da análise de artigos, editoriais, reportagens e crônicas, busca-se identificar os elementos políticos e econômicos conjunturais constitutivos da política agrária brasileira indicados nos periódicos em relação produção e exportação do trigo; analisar as colunas dos periódicos *Correio da Manhã* e *O Globo* identificando o evento narrado, protagonistas e suas reivindicações em relação à “batalha do trigo” e verificar o discurso dos periódicos sobre a produção de trigo no Brasil e as relações político-comerciais com a Argentina, cotejando com a historiografia sobre o tema. Para tanto, foram utilizados métodos de análises discursivas sob as perspectivas histórico-linguística, econômica, política e de história da mídia, permitindo uma investigação aprofundada das dinâmicas comunicativas e ideológicas em jogo. Espera-se que este estudo contribua para uma melhor compreensão do papel da imprensa na construção de discursos sobre temas econômicos e políticos de relevância para o Brasil, como a Batalha do Trigo.

Um elemento adicional a ser destacado para a razão deste trabalho é a lacuna historiográfica referente ao período de Eurico Gaspar Dutra. Embora existam numerosas referências sobre o contexto geral, falta um enfoque detalhado sobre o final do mandato de Dutra na imprensa. Esse período é influenciado pelas políticas desenvolvimentistas de Vargas e pelos debates políticos do pós-guerra, situando-se entre a conjuntura anterior e o início do mandato presidencial de Getúlio Vargas. Portanto, é necessário investigar como esses fatores específicos moldaram as discussões políticas e econômicas da época.

Dessa forma, este estudo insere-se no contexto de renovação e ampliação do campo histórico, utilizando os periódicos como fontes primárias para explorar as narrativas e os discursos sobre a Batalha do Trigo, tal como apresentados pelo *Correio da Manhã* e *O Globo*. Com base nas novas abordagens historiográficas, esta pesquisa foca no ano de 1949, especificamente em fevereiro, quando ocorreram as primeiras reportagens sobre o assunto,

como a denominada manchete: “Acusada a Argentina de manobras contra o trigo brasileiro” no *Correio da Manhã* (1949). Assim, busca-se identificar os elementos políticos e econômicos conjunturais que moldaram a política agrária brasileira, conforme indicados nos periódicos, especialmente no que tange à produção e exportação do trigo.

De acordo com Pinsky (2008), a pesquisa em periódicos constituiu um desdobramento significativo e uma renovação historiográfica promovida pela chamada Nova História, movimento liderado por historiadores como Jacques Le Goff e Pierre Nora. Este movimento estabeleceu novas bases metodológicas e ampliou as fontes disponíveis, abrindo um leque de possibilidades para a produção de pesquisa histórica. A Nova História promove uma abordagem que, em contraposição à História Tradicional que valoriza os grandes eventos, figuras históricas, passa a perceber e analisar também os aspectos cotidianos, culturais e sociais, muitas vezes revelados em periódicos e outros documentos menos tradicionais. (Pinsky, 2008).

Por isso, por conta da abertura de possibilidades temáticas e de fontes inauguradas ao longo do século XX, a historiografia também se ocupou de desenvolver metodologias e técnicas. A escolha dos autores para esta pesquisa baseia-se nas perspectivas metodológicas e teóricas que eles defendem, as quais são cruciais para o diálogo com a análise proposta. Os princípios metodológicos que são mobilizados para a análise crítica das fontes, através de uma análise de discurso, são fundamentados em autores como Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas no livro *Domínios da História* (1997), Pierre Bourdieu, autor do livro *Poder Simbólico* (1989), Patrick Charaudeau através do *Discurso das Mídias* (2013) e Eni Orlandi e seu livro *Análise do Discurso* (2012).

Antes, é preciso definir alguns pressupostos teóricos como a vinculação deste trabalho à Nova História Política. De acordo com Falcon (1997), a história política tem sido tradicionalmente analisada em termos dos "grandes": grandes homens, grandes estados e nações, caracterizando o estudo convencional dessa área. O autor observa que, nas décadas de 1970 e 1980, um número crescente de historiadores começou a discutir uma Nova História Política:

As discussões, entre historiadores, acerca das possibilidades, natureza e perspectivas dessa nova história política marcaram os anos 70 e 80. Dentre os mais interessantes cabe mencionar ou relembrar: Mommsen, *Sobre a situação da história política nas ciências sociais* (1971); Barret-Kriegel, *História e política ou a história ciência dos efeitos* (1973); Julliard, *A política* (1974); Vandermeer, *The new political history* (1979); Blokman, *La nouvelle histoire politique* (1980); Salvadori, *Le molte storie*

(1988); Le Goff, A política será ainda a ossatura da história (1986); Rémond, Por que a história política? (1993)(Falcon, 1997, p. 122).

Ainda segundo o autor, a transição de uma história "factual" para uma nova forma de história também se deu pela mudança na perspectiva de análise. Isso significa que a abordagem não se restringiria apenas ao estudo de elementos seriais, grandes nomes do âmbito político, sucessões ou questões ligadas ao espaço político institucional (Falcon, 1997, p. 122). Assim, novos tipos de análise começaram a ser estabelecidos, desenvolvendo-se inclusive novos conceitos como ferramentas analíticas e, assim, novos objetos de pesquisa como os periódicos, por exemplo.

Falcon (1997) aponta que esse desenvolvimento teórico-metodológico não se limita à História. Pelo contrário, com o surgimento dos *Annales* e da Nova História, conceitos e metodologias de outras disciplinas, como a linguística e a sociologia, foram cada vez mais incorporados na pesquisa historiográfica. Além disso, teorias marxistas, também passaram a auxiliar a renovação da análise do político através de seus conceitos:

Em graus e segundo visões diferentes entre si, as discussões então travadas no campo marxista lançaram luzes novas sobre o político, o Estado, suas relações com a sociedade civil, além de abrirem a investigação histórica à questão muito mais ampla do poder, e daí à das formas de dominação (Falcon, 1997, pp. 116-119).

Neste trabalho, como veremos adiante, o conceito de *poder*, especialmente o *poder simbólico*, será fundamental para o desenvolvimento da pesquisa. Além desses elementos teóricos, outros historiadores também adotam perspectivas que contribuem para análises discursivo-políticas.

Cardoso e Vainfas (1997), com a colaboração de outros autores no livro *Domínios da História*, analisam e fazem apontamentos sobre elementos teóricos e metodológicos no tratamento das fontes. Em sua obra, os historiadores apresentam diversas teorias e metodologias de análise para uma variedade de fontes e, no que diz respeito ao discurso e ao texto, discutem técnicas e a construção historiográfica das ferramentas de análise discursiva, com ênfase na hermenêutica aplicada (Cardoso; Vainfas, 1997). Assim, demonstram como a análise de textos é utilizada para revelar componentes implícitos no discurso, que não estão explicitamente presentes na narrativa, ou seja, a produção de sentido construída através da linguagem. Segundo os autores:

O pressuposto essencial das metodologias propostas para a análise de textos em pesquisa histórica é o de que um documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente. Ao debruçar-se sobre um documento, o historiador deve sempre atentar, portanto, para o modo através do qual se apresenta o conteúdo histórico que pretende examinar, quer se trate de uma simples informação, quer se trate de idéias (Cardoso; Vainfas, 1997, p. 539).

De modo semelhante, sugere-se que a análise discursiva busca uma intencionalidade intrínseca à produção de sentido presente na narrativa. Isso significa que a linguagem, como meio estrutural que atribui significado aos signos e símbolos, cria uma representação ou ideia que será comunicada de acordo com certos aspectos relacionados ao interlocutor e sua intenção. Nesse contexto, Bourdieu identifica alguns conceitos que podem referenciar o espaço onde o discurso é produzido, seguindo uma lógica interna e específica (campo), a capacidade de legitimação do discurso e o poder de fazer (poder simbólico), além da criação de uma representação. Bourdieu (1989) afirma que

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências” (Bourdieu, 1989, p. 9).

Assim, o poder simbólico não pode ser compreendido enquanto algo inerente ao interlocutor. No entanto, para que este exista, é necessária a construção de um repertório legitimador do discurso a ser constituído dentro do campo no qual esse interlocutor busca estabelecer-se enquanto representante de uma vontade, ideia ou princípio, vinculando-se a aspectos ideológicos promotores de dominação social (Bourdieu, 1989). Para melhor compreendermos essas questões, devemos observar o *campo* enquanto espaço – ou estrutura – de disputa interna. Nas palavras do autor:

O campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção (Bourdieu, 1989, p. 12).

Ou seja, é através da luta pela representação interna do campo que se exprimem os posicionamentos que se vinculam aos elementos externos à ele. Assim, o trabalho desses conceitos evoca princípios vinculados a teorias econômicas para explicar as lógicas que regem os constructos conceituais. Dessa forma, a organização interna do conceito de campo, por exemplo, é evidenciada enquanto espaço ou estrutura específica onde ocorrem discussões

e são definidos os posicionamentos do campo, com a ocorrência de “investimentos de capitais políticos” (Bourdieu, 1989 p. 187)³ externos.

É a partir da constituição do posicionamento do campo que as formas de representação são expostas para que seja constituído no espaço social, uma percepção de mundo que abarque especificamente essa visão.

A teoria mais acentuadamente objectivista tem de integrar não só a representação que os agentes têm do mundo social, mas também, de modo mais preciso, a contribuição que eles dão para a construção da visão desse mundo e, assim, para a própria construção desse mundo, por meio do trabalho de representação (em todos os sentidos do termo) que continuamente realizam para imporem a sua visão do mundo ou a visão da sua própria posição nesse mundo, a visão da sua identidade social (Bourdieu, 1989, p. 139).

Por esse motivo, a construção de um discurso em um espaço que o legitima deve ser analisada tendo em perspectiva as intencionalidades de quem escreve e o campo em que essas ideias foram desenvolvidas.

Existem ainda outras bases para a análise discursiva das mídias sociais, indicando que a produção de sentido através do discurso transforma o espaço midiático em um espaço de poder, mas não em uma instância de poder (Charaudeau, 2013). Isso significa que, por um lado, as mídias, por meio da linguagem, influenciam e constroem uma representação do que ocorre no âmbito social, refletindo a perspectiva de quem escreve. Por esse motivo, "as mídias manipulam tanto quanto manipulam a si mesmas" (Charaudeau, 2013, p. 18). Assim, a tentativa de reproduzir a realidade passa pelo filtro de quem escreve.

O interlocutor acredita estar apenas transferindo uma determinada informação ou conhecimento de forma imparcial, sem uma ação deliberada de influência ou controle sobre quem lê. As operações linguísticas que daí se originam, transportam, no entanto, os elementos ideológicos conformadores do discurso, necessários à produção de sentido. Assim, elementos internos e externos, envolvendo desde as formas representacionais constituídas para convencer – a si e convencer aos outros – até pressões políticas, comerciais etc, são características limitantes da capacidade de manipulação das mídias (Charaudeau, 2013, p. 258).

³ Esses “capitais” são, em suma, recursos que determinados indivíduos ou grupos detém, como o capital cultural, capital político etc. Vinculam-se portanto ao conceito central de campo específico. A partir do investimento desses capitais extrínsecos aos campos, mas vinculados a eles, é que a discussão interna passa a definir as posições do campo. (Bourdieu, 1989, p. 15 -16; 69 - 70).

Também foi possível identificar nas posições do autor uma característica que destaca a proposta de "neutralidade" das mídias como fornecedoras da "verdade". Na realidade, elas apenas apresentam um aspecto dos fatos, uma representação fragmentada, limitada pelas imposições mercadológicas, pelos aspectos políticos e subjetivos de quem cria essas informações e pelos limites institucionais da mídia (Charaudeau, 2013). Com isso, a análise do discurso se revela uma ferramenta capaz de instrumentalizar os conceitos e revelar os aspectos ideológicos e constitutivos do campo de produção da narrativa nas mídias.

Considerando então os aspectos teórico-metodológicos de análise dos jornais, não como entes fechados em si mesmos, mas como representantes dos símbolos, ideias e ideologias daqueles que o escrevem, isto é, de fonte dotada de historicidade, o presente trabalho propõe uma análise de discurso que se atente ao caso sobre o trigo em si e, também, toda a simbologia política que envolve as indicações propostas para a resolução dos problemas enfrentados, como vetores indicativos das intencionalidades daqueles que as propõem, considerando assim o discurso proferido pelos jornalistas.

As operações que se destinam à análise de diferentes suportes informacionais devem, portanto, utilizar-se de técnicas distintas, apropriadas ao suporte analisado, cabendo então ao pesquisador definir os meios necessários de análise baseado no aporte teórico. Por esse motivo, a análise empreendida será circunscrita aos léxicos capazes de exprimir o sentido dos discursos em análise, de palavras circunstanciais que, apoiadas em uma análise histórico-contextual do produtor do discurso, serão verificadas para que o sentido discursivo, apreendido nas páginas das fontes, sejam evidenciados. Orlandi elabora um quadro conceitual de operacionalização da análise: “1ª Etapa: Passagem da Superfície Linguística (texto ou discurso) para a 2ª Etapa: Objeto Discursivo (onde há a Formação Discursiva) e, a 3ª etapa: o Processo Discursivo (onde há a Formação Ideológica)” (Orlandi, 2012 p.77).

Acompanhando também Cardoso e Vainfas, no sentido de análise textual, alguns aspectos metodológicos devem ser observados. A partir da constituição de um aparato de operacionalização analítica, deve-se buscar a construção de sentido intrínseca no texto a partir de elementos opostos: O que se deseja em oposição ao o que é indesejado; o que é valorizado em oposição ao que é desvalorizado; o que é feito em oposição ao que não é feito. Elementos esses que devem ser explícitos na narrativa escrita. Nesse sentido:

[...] no texto, permanência e mudança, identidade e alteridade aparecem como faces opostas mas ao mesmo tempo complementares de um mesmo dado, de uma mesma situação de significação. Cada elemento supõe o seu contrário, o que torna os dois termos “aparentados” de certa maneira (Cardoso, Vainfas 1997 p. 551).

E, por fim, os sentidos que os discursos produzem devem ser avaliados de acordo com os aspectos teóricos de campo e de poder simbólico. O primeiro, para melhor definir os posicionamentos a partir do discurso analisado e, o segundo, do tipo de visão de mundo que busca-se constituir através da narrativa jornalística.

Esses pressupostos teóricos-metodológicos serão aplicados para revelar como a imprensa construiu a representação de eventos, especificamente a "Batalha do Trigo", e como essa representação era transfigurada em "verdade" através da construção de uma narrativa e de um discurso. A pesquisa, assim, investiga os fatos narrados e busca compreender os mecanismos pelos quais a imprensa influenciou e moldou a percepção pública e as relações políticas e comerciais entre Brasil e Argentina. É nesse sentido que princípios, conceitos e técnicas advindas de outras áreas como a linguística e a sociologia, notadamente, passam a ser utilizados como base teórico-metodológica para análise da linguagem, do espaço de construção narrativa e, principalmente, do discurso e a construção de uma representação de mundo.

Dessa forma, este trabalho se estrutura a partir de dois capítulos. O primeiro busca estabelecer as bases contextuais do período, evidenciando os aspectos políticos-ideológicos dos governos para definir os aspectos mais relevantes e predominantes da política brasileira e argentina. O segundo capítulo apresenta de forma sintética os personagens nos jornais que demonstram e defendem suas narrativas de acordo com o tema e, por fim, serão essas as narrativas analisadas através da análise do discurso de acordo com os pressupostos apresentados.

I CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA DO BRASIL E ARGENTINA DO PERÍODO (1930 - 1949)

No capítulo a seguir, serão apresentados alguns elementos conjunturais das políticas e das economias brasileira e argentina. O levantamento historiográfico será pautado pelos elementos políticos constituintes do cenário contextual do período, debatendo as questões do nacional-desenvolvimentismo do governo Vargas e sua continuidade no governo Dutra, os aspectos político e econômicos do peronismo, questões de representação na mídia e configurações panorâmicas do comércio internacional de trigo, sobretudo da Argentina. Esses dados historiográficos servirão de base para as análises realizadas no capítulo II.

Assim, é preciso estabelecer os parâmetros conjunturais dos aspectos políticos e econômicos, sobretudo aqueles concernentes à política agrária brasileira, que circundavam os jornalistas que escreveram sobre a questão do trigo. Esses aspectos podem ser verificados a partir do cenário de políticas econômicas do início do século XX, o movimento que levou ao poder Getúlio Vargas em 1930, do fechamento do regime em 1937 e da redemocratização, a partir de 1945 até o momento do fato, ocorrido em 1949, ao final do governo de Eurico Gaspar Dutra.

Sobre o contexto histórico do caso do trigo (1949), elemento de discussão deste trabalho, torna-se impreterível verificar a constituição dos cenários político-econômicos brasileiro e argentino e, sobre o caso brasileiro, é necessário reconhecer os elementos constituintes do período da Era Vargas para que se possa estabelecer as bases conjunturais de análise. Recuando brevemente no tempo, em relação ao período de análise dos periódicos (1949), a Era Vargas (1930-45) trouxe como elemento de organização e modernização política e econômica um projeto de fomento à indústria, transformação econômica etc. Esse projeto de desenvolvimento da economia ficou conhecido como desenvolvimentismo (ou desenvolvimentista), em torno do qual o governo de Getúlio Vargas trabalhou como eixo principal de modernização da economia brasileira. O projeto não se findou no governo Vargas, continuou no governo Dutra (1946-50) também. A agricultura fez parte da produção econômica como elemento de importância, sendo esse setor responsável por boa parte da produção de riqueza na história brasileira e, também, foi objeto do projeto de industrialização e modernização desenvolvimentista (Comiran, 2021). Na dissertação Projeto Desenvolvimentista, Propriedade da Terra e Produção Agrícola no Norte do RS (2021), ao apontar a importância da agricultura para o estudo do plano desenvolvimentista da Era

Vargas, Vitória Comiran que é mestra em História pela Universidade de Passo Fundo sob a orientação da professora Dr^a Ironita Machado, faz um breve levantamento sobre a propriedade de terra e como essa relação se transforma ao longo do tempo:

Se ao longo do período colonial a característica da propriedade de terra era a do latifúndio caracterizado pela crescente exploração e pelo trabalho escravo, é a partir do século XIX que algumas mudanças começam a ser percebidas no que se diz respeito à propriedade de terra, como é o caso da formação da pequena propriedade (Comiran, 2021 p. 16).

Nessas pequenas propriedades os detentores eram usualmente imigrantes, responsáveis pela produção de gêneros alimentícios para o mercado interno. Apesar da existência dessas propriedades, a produção que visava abastecer o país ainda era bastante incipiente, por isso, foi na política desenvolvimentista, que buscou a nacionalização da produção brasileira, que as diferenças entre os períodos anteriores da Colônia e da República Velha passaram a se notar, ou seja, as diferenças entre uma política agroexportadora se modifica com maior profundidade a partir das transformações geradas no Estado Novo. De uma lógica econômica voltada à exportação, a proteção e modernização dos meios produtivos através da industrialização na Era Vargas foi quem iniciou uma profunda transformação no setor produtivo agrícola (Comiran, 2021).

Esses indicativos, no entanto, não são unânimes: havia desde o início da década de 1920 uma atuação estadual/particular de fomento à produção agrícola. Nesse sentido, através da atuação da Secretaria de Agricultura Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul, a partir de 1935 e de dados estatísticos datados de, ao menos 1920, e de censos a contar desde 1803 (Machado, 2016) a produção agrícola recebeu um “projeto de ampliação e especialização da agricultura, com emprego de tecnologia, experimentação e formação técnica, [que] era central na política econômica desenvolvimentista do Governo de Vargas” (Machado, 2016 p. 313). Estes implementos técnicos-científicos fomentaram o aumento da produção e da produtividade das lavouras. Esses elementos estavam associados ao desenvolvimento em âmbito nacional, mas configuraram caráter específico ao estado do Rio Grande do Sul e, essa dinâmica também recebeu um impulso expressivo a partir da implementação do desenvolvimentismo varguista durante o Estado Novo:

A expressividade está na elevação das exportações [para outros estados], obviamente [oriundo] do crescimento da produção agroindustrial regional, nos anos de 1936 a 1940, período em que a implementação do projeto socioeconômico desenvolvimentista federal (Estado Novo) toma proporções maiores de efetivação, aqui perceptíveis no sul do Brasil (Machado 2016 p. 329).

Por esses motivos, indica-se uma continuidade do desenvolvimento capitalista no Brasil e no RS, com maior aprofundamento no período de Vargas.

As transformações que decorrem do planejamento desenvolvimentista do governo Vargas têm seus vetores calcados não apenas nos elementos econômicos. Ainda é necessário sinalizar para os três pilares desse planejamento: “a industrialização, o intervencionismo pró-crescimento e o nacionalismo” (Comiran, 2021 p. 21). Dessa forma, a união desses elementos conformava o sentido do projeto, sendo a integração nacional e o desenvolvimento dois elementos chave da estrutura econômica interna. A industrialização era tida como sinônimo de evolução da lógica capitalista, por isso, os meios dessa ideologia perpassavam o fomento da indústria brasileira. Assim, para que estas transformações pudessem ser possíveis, o intervencionismo mostrou-se necessário, fazendo com o que o Estado propusesse nacionalizar a produção e também construísse uma estratégia política de intervenção que tornasse o projeto desenvolvimentista possível, atuando através de controle cambial, criação de estações de experimentação e cultivo de gêneros agrícolas, criação de Secretarias de Agricultura (Machado, 2020). A busca pela nacionalização da produção agrícola e o seu destino para o mercado interno, além é claro da atuação desses órgãos que executavam o projeto político-econômico desenvolvimentista, conformavam o quadro geral e os três eixos principais do projeto Varguista (Comiran, 2021).

Após o governo Vargas, o presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-50), apesar de ter uma proposta inicial voltada ao liberalismo (Cano, 2015), também elaborou um plano de desenvolvimento chamado de Plano Salte (Skidmore, 2015). Apesar de ter pouca expressão no período em que se construiu o projeto e que se tentou parcamente aplicá-lo, o plano SALTE tinha como objetivo principal o aumento da produção e também sua estabilização. A sigla SALTE provém das iniciais de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia e encontrava nesses elementos os eixos principais de ação governamental, entretanto, sua política não foi integralmente aplicada e o programa acabou sendo “abandonado em 1951” (Skidmore, 2015 p. 99). É importante ressaltar que a elaboração desse plano traduziu a permanência da ideologia desenvolvimentista de Vargas que exercia maiores reflexos na atuação político-econômica no período (Ayres, 2013).

Para além dos aspectos de condicionamento das ações político-econômicas, os aspectos ideológicos que se constituíram no período do Estado Novo e orientavam as políticas desempenhadas no governo Dutra se fizeram presentes. As discussões acerca dos

direcionamentos possíveis para as resoluções dos problemas econômicos mais imediatos do pós-Guerra como a baixa das divisas de importação para sanar a demanda comercial interna, o aumento dos preços do mercado, etc (Skidmore, 2010). A conjuntura política em que o governo Dutra estava inserido indicava que era nesse período que um maior debate sobre políticas econômicas se iniciava, em busca de resolver os problemas do presente. Nessa esteira de discussões, de um lado os “estruturalistas” (Skidmore, 2015 p. 100), que apoiaram-se em uma teoria econômica de desenvolvimento calcada em princípios de intervenção estatal e atuação em áreas em que a empresa privada não teria interesse e/ou condições de depósito de recursos, com um tipo de associação ao capital estrangeiro de forma a orientá-lo para as áreas necessárias de investimento, algo que ficou conhecido através das teorias *Keynesianas*, a matriz teórica do desenvolvimentismo brasileiro (Fonseca, 2015). Por outro lado, os liberais davam sentido às suas proposições com base em um tipo de divisão internacional do trabalho, onde o papel “natural” do Brasil seria no fornecimento de matérias-primas para o mercado global, ao passo em que se preocupavam com um “saneamento” das contas públicas, controle dos gastos e liberação para o livre-comércio sem grande controle (Skidmore, 2010). Sobre a questão agrícola, as proposições liberais apontavam para um Brasil exportador de matérias primas, gêneros alimentícios, da inserção do país no mercado internacional “seguindo uma essência latino-americana” (Skidmore 2010 p. 98). Por outro lado, os estruturalistas pensavam a economia como forma de desenvolvimento interno, nesse sentido, a produção agrícola, como ocorrera nos anos de governo Vargas, teria vistas a suprir a demanda interna, atraindo o capital estrangeiro para áreas designadas e desenvolvendo estações de experimentação, estudos na área principalmente com relação ao trigo (Carvalho, 1951).

É preciso também verificar alguns aspectos específicos com relação à produção de trigo no Brasil. Segundo dados do artigo “O trigo no Brasil” de Eloísa de Carvalho, o plantio da cultura tritícola era feita em estados como Goiás, e Minas em menor escala (com sua produção mal alcançando as 20 toneladas na década de 1940) e, nos estados do sul, uma produção com maior vigor “É, como se vê, a região sul a zona que produz o trigo brasileiro, representando o Estado do Rio Grande 76.3% do total da produção nacional” (Carvalho, 1951 p. 85). Em termos comparativos com os demais estados, dados compilados indicam uma produção de 87.180 toneladas em 1920, 101.739 em 1940, 233.298 em 1945 e 248.058 em 1946 (Carvalho, 1951 p. 84), o que demonstra o crescimento expressivo da cultura de trigo ao

longo do período analisado. Esse crescimento também fora possível por conta do investimento público para o fomento da cultura:

A distribuição de sementes selecionadas, a assistência técnica às culturas, o uso de maquinismos agrícolas, o financiamento das lavouras pelo Banco do Brasil, a instalação de moinhos pelo Ministério da Agricultura próximo às plantações, e, especialmente, a obrigatoriedade da moagem do trigo brasileiro pelos moinhos pertencentes a estrangeiros podem ser apontados como fatores do aumento que se vem processando na nossa produção (Carvalho, 1951 p. 84).

Apesar desse crescimento, o Brasil ainda não tinha a capacidade de suprir completamente as suas necessidades do cereal. Ainda segundo a autora, essa falta observada era suprida pelo mercado externo:

Importou-se em 1945, 1 090 327 toneladas de trigo e 141 693 toneladas de farinha. Em 1946 a situação foi um pouco diferente: a importação de trigo em grão desceu a 211 636 toneladas, enquanto a de farinha elevou-se a 244 268 toneladas¹⁴. A importação de trigo em grão pelo Brasil em 1945, foi, pois, cinco vezes maior que a produção nacional no mesmo ano, cifra bastante elevada apesar do interesse que vem despertando no país o desenvolvimento da lavoura tritícola. (Carvalho, 1951 p. 84 a 85).

A Argentina e os EUA eram os principais parceiros comerciais com relação à produção do trigo no Brasil. A grande maioria das importações de trigo e de farinha eram desses países, daí a importância dessas relações comerciais para o abastecimento interno, ao passo em que eram feitas as ações de fomento à cultura tritícola sob um viés nacional-desenvolvimentista. A importância da Argentina aqui se estabelece por sua predominância no mercado internacional de cereal e como uma das principais parceiras no abastecimento do produto no mercado brasileiro.

Sobre a conjuntura política e econômica da Argentina, é importante destacar alguns elementos. Se no Brasil havia o desenvolvimentismo e seus desdobramentos políticos e ideológicos de modernização e industrialização, a prática do governo argentino não foi tão diferente. A Argentina também vivia uma perspectiva modernizante, ideologicamente próxima à brasileira porém, com um desejo de “equidistância dos Estados Unidos da América (EUA) e de relações de cordialidade para com o governo Dutra” (Reckziegel, 1996 p. 37). O governo argentino buscava a criação de um bloco político que, na América Latina, representaria uma alternativa aos dois blocos internacionais encabeçados pela União Soviética (URSS) e pelos EUA. Dessa forma, Perón buscava estabelecer relações bilaterais com outros países como o Brasil, o Reino Unido e outros, em 1950, participou da criação do chamado *Pacto ABC*, que uniria Argentina, Brasil e Chile em um bloco político conhecido como

“Terceira Posição” (Reckziegel, 1996 p. 38 a 39). Na perspectiva argentina, o país tornaria independente as relações dos países no cone sul, com tratados comerciais que não utilizariam o dólar nas transações comerciais entre os os países da região. Esse fator, o desdobramento das políticas econômicas de ambos os países (Brasil e Argentina), foi importante pois suas bases estão assentadas em elementos conjunturais anteriores.

A Argentina, na época, foi um importante exportador de trigo e fez parte de diversos acordos internacionais, com referência ao cereal. Entre eles, deve-se mencionar o Acordo Internacional do Trigo que teve versões em 1933 e 1942; e, atualizado posteriormente, em 1949. O acordo firmado em 1949 não contou com a participação argentina, pois as limitações de preço estipuladas no plano tornavam sua prática inviável para o país (Sourrouille, J. e Ramos, V. 2013). Assim, a Argentina continuou a elaborar planos bilaterais de comércio, pelos quais o Brasil era um dos principais compradores, de acordo com Sourrouille e Ramos, “apenas no ano de 1949 foram destinados cerca de 747 mil toneladas de trigo argentino para o mercado brasileiro” (Sourrouille, J. e Ramos, V. 2013 p. 14) a fim de conseguir capital para modernizar sua economia. Os EUA, em 1949, ao mesmo tempo em que tentavam se aproximar diplomática e economicamente da Argentina sob “a mediação brasileira” (Reckziegel, 1996 p. 62), buscavam também aumentar suas exportações de trigo, principalmente através de seus muitos “planos de auxílio econômico” (Sourrouille, J. e Ramos, V. 2013 p. 4). Foi nessa conjuntura que os interesses políticos e econômicos, que permeavam a situação do cereal, em meio a acordos comerciais que se tornaram também elemento de discussão diplomática.

É importante ressaltar que a aquisição e a formulação de tratados comerciais e blocos políticos independentes entre Brasil e Argentina formavam uma conjuntura específica na América Latina, inserindo-a na política hegemônica mundial de maneira conflituosa. O desejo peronista de um bloco político na América do Sul os afastava dos EUA, enquanto permanecia com suas importações para a modernização econômica através do Reino Unido (Sourrouille, J. e Ramos, V. 2013) e outros pactos bilaterais. Então, a partir de 1949 iniciaram uma reaproximação e abertura aos estadunidenses por temer um “avanço” econômico de países concorrentes (Brasil, por exemplo) que teriam maiores facilidades de aquisição de crédito (Reckziegel, 1996).

Foi nessa linha macroeconômica e política que os conflitos acerca do trigo passaram a se desenhar. Os preços internacionais, estipulados por acordos e métricas estadunidenses

acabavam não atendendo aos interesses de todos os países envolvidos e, no caso da Argentina, uma das soluções encontradas eram os acordos bilaterais com países compradores. Do outro lado, o Brasil, que nutria interesse em obter maior protagonismo regional e por necessidade da produção do trigo, mantinha seus acordos comerciais com a Argentina, ao passo que negociava com os EUA e lidava com os elementos políticos internos e externos.

Ainda, é preciso destacar a atuação da imprensa como propagadora de ideias e ideologias do e no Brasil. Os debates políticos brasileiros refletiram, de certa forma, a disputa política mundial por modelos econômicos em concorrência: o americano democrata liberal e o soviético, socialista. As alas em disputa, notadamente os liberais que defendiam uma maior aproximação com os Estados Unidos e a abertura ao capital estrangeiro no país e os que estavam mais alinhados a interesses nacionalistas e populistas, como Getúlio Vargas e os trabalhistas, Perón e os justicialistas, por exemplo, buscavam o fomento da indústria doméstica bem como, quando possível, a nacionalização da produção. Foi na imprensa, principalmente, que os liberais propagaram suas idéias e faziam oposição às diretivas que soassem nacionalistas ou populistas. Perón, que havia participado do golpe militar na Argentina em 1943 e posteriormente foi eleito presidente em 1946, sofreu duras críticas na imprensa brasileira, destacando-se Assis Chateaubriand⁴ e Carlos Lacerda⁵, responsáveis por movimentar opiniões através de suas colunas e também “influenciar a imprensa de maneira geral” (Cavlak, 2017 p.264). Esses fatores eram de extrema importância pois havia a intenção de mobilizar a opinião pública em direção a um conflito com as ideologias justicialista e trabalhista, que seria necessário para minar a atuação política nacionalista, da qual Vargas e Perón eram adeptos. Dessa forma, a atuação política da imprensa se misturava com a conjuntura política internacional e os interesses regionais e locais inseridos nas políticas argentinas e brasileiras.

Assim, a chamada “batalha” do trigo, noticiada nos periódicos *Correio da Manhã* e *O Globo* ocorreu no pós-guerra, em 1949, e trazia em suas colunas uma confluência de elementos políticos e econômicos que constituíam a discussão sobre o assunto. Então, os

⁴ Francisco de Assis Chateaubriand (1892 - 1968) nascido em Umbuzeiro, Paraíba fora professor da Faculdade de Direito de Recife em 1915, também foi comentarista jornalístico em jornais como o *Correio da Manhã*, editor-chefe do *Jornal do Brasil*, a partir de 1924 cria os *Diários Associados* e funda sua revista *O Cruzeiro*. FGV. Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-de-assis-chateaubriand-bandeira-de-melo>. Acesso em: 01 dez. 2023.

⁵ Carlos Frederico Werneck Lacerda (1914 - 1977) nascido no Rio de Janeiro foi jornalista e político brasileiro. DEPUTADOS, Câmara dos. Carlos Frederico Werneck Lacerda. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/discursos-em-destaque/serie-brasileira/decada-1950-59/biografia-carlos-lacerda>. Acesso em: 01 dez. 2023.

jornalistas que noticiavam e expressavam suas opiniões acerca da questão, demonstravam, além de outras coisas, os princípios ideológicos que formam a sua opinião, tentando influenciar a opinião pública.

Os jornais foram um importante fator de mobilização da opinião pública em diversos assuntos no período. Por isso, assuntos debatidos nos jornais representavam para a sociedade impressões acerca dessas notícias, destacando um ou outro ponto que eram percebidos como importantes. No caso do trigo, a denúncia feita pelo vice-presidente da Comissão Central de Preços (C.C.P.) Luiz Dias Rollemberg, indicava o possível interesse e manipulação dos moinhos pela Argentina, buscando interferir na produção tritícola brasileiro em favor do mercado argentino. Tal denúncia resultou em um dossiê, elaborado pela embaixada da Argentina no Rio de Janeiro, cujo conteúdo trazia considerações do embaixador Gregorio Lascano e adidos das reportagens que noticiavam a fala do sr. vice-presidente.

II BATALHA DO TRIGO: PERSONAGENS DE UMA GUERRA MIDIÁTICA

Neste capítulo serão apresentados os escritores que configuraram-se enquanto os personagens do debate analisado acerca da batalha do trigo, contemplando as colunas, reportagens e crônicas dos periódicos analisados. O debate acerca de seus posicionamentos será efetivado através da análise específica do discurso nos periódicos *Correio da Manhã* (CM) e *O Globo* (OG) em fevereiro de 1949, cotejando, em alguns casos, com a bibliografia relacionada ao tema. O CM, no ano de 1949, tinha periodicidade diária e seu redator-chefe era Costa Rego⁶, mas também trazia colunas assinadas por jornalistas de outros periódicos. E no OG, existiam as crônicas de José Lins do Rego⁷ que serão alvos de análise neste trabalho.

A Comissão Central de Preços (CCP) foi uma instituição criada pelo Decreto-Lei nº 9.125, de 4 de Abril de 1946. Sob a supervisão do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio era formada por representantes do comércio, da indústria, da agricultura e da pecuária, de dois representantes dos consumidores, representantes dos Ministérios da Justiça e Negócios Interiores, Fazenda, Agricultura, Viação e Obras Públicas e Trabalho, Indústria e Comércio, da Prefeitura do Distrito Federal (Brasil, 1946). Também era formada por representantes das autarquias reguladoras da produção, de um representante das Forças Armadas e de um representante da Imprensa. Em seus incisos 3 e 4 indicavam que a nomeação dos participantes era feita pelo Presidente da República, sendo as indicações de responsabilidade dos grupos que participavam da comissão e, o vice-presidente, indicação direta do presidente. Em seu artigo 4, de suas competências, ficava registrado que era atribuição da CCP exercer controle sobre os preços no comércio, custos e fiscalização dessas operações (Brasil, 1946). Outro importante ator eram os Sindicatos da Indústria do Trigo, criados em 1941, representantes legais da categoria econômica de moagem de trigo. Existiam sindicatos-irmãos como o Sinditriço RJ-ES e o Sinditriço RS que atuam nos dias atuais.

⁶ Nascido em 1889 na cidade de Pilar, no Alagoas, Pedro da Costa Rego foi um jornalista e político brasileiro, sendo eleito como deputado federal por Alagoas em 1915-1923 e em 1928, foi governador pelo mesmo estado de 1924 a 1928, foi senador também pelo mesmo estado em 1929 a 1930 e, posteriormente em 1935 a 1937. Faleceu em 1954 no Rio de Janeiro.

CPDOC, Fgv. Pedro da Costa Rego. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REGO,%20Pedro%20da%20Costa.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

⁷ José Lins do Rego Cavalcanti foi um escritor, romancista e jornalista brasileiro, nasceu em Pilar na Paraíba em 1901. Foi imortal da Academia Brasileira de Letras a partir de 1955 ocupando a cadeira nº 25. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL): Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/jose-lins-do-rego/biografia>. Acesso em 15 jun. 2024.

Em uma sexta-feira, dia 18 de fevereiro de 1949, uma notícia tomava conta da segunda página do jornal CM, do Rio de Janeiro: “Acusada a Argentina de manobras contra o trigo brasileiro” (Correio da Manhã, 18 de fev. 1949 p. 2). O subtítulo da reportagem indicava que “Providências enérgicas contra a sabotagem e possível nacionalização dos moinhos”. Aqui se iniciava uma série de reportagens que se estenderiam ao longo do mês para discutir a questão da possível interferência argentina no mercado tritícola.

Nessa reportagem e, segundo o periódico, Luís Dias Rollemberg, vice-presidente da Comissão Central de Preços (C.C.P.), acusou a Argentina de fazer manobras contra o mercado tritícola do Brasil, pelo fato de os moinhos responsáveis pela moagem do trigo não estarem efetuando a mistura de 30% do trigo brasileiro ao trigo de outras procedências, desse modo, prejudicando o mercado brasileiro ao não comprar da produção nacional as sacas que estavam ociosas (Correio da Manhã, 18 de fev. 1949 p.2). Nesse sentido, o jornal explicita:

O sr. Luís Dias Rollemberg suscitou o assunto, ao fazer uma explanação sôbre a obrigatoriedade da mistura de 30% de farinha do Brasil com as de outras procedências. Disse o vice-presidente da C.C.P. que a iniciativa desta última, estabelecendo aquela obrigatoriedade, fôra das mais oportunas e se impunha pelos grandes benefícios que traria à economia nacional (Correio da Manhã. 18 de fev. 1949 p. 2).

A análise que cabe a esta pequena citação, concerne à perspectiva política e econômica que se demonstrava nas declarações do jornal acerca do que o sr Luís Rollemberg teria dito, onde a porcentagem obrigatória da moagem de procedência brasileira demonstrava a efetivação de um projeto político de fomento à agricultura nacional. Tanto durante a 2ª Guerra Mundial, quanto no pós-guerra, tratados internacionais buscavam estabilizar as economias afetadas pelo conflito, dessa forma, acordos multilaterais de comércio internacional, sobretudo de alimentos, ganhavam espaço e importância na diplomacia. Nesse sentido, a Argentina, através de sua produção profícua de trigo e farinha, tinha certa capacidade de negociação e autonomia em referência a esses tratados. Isso ocorria, também, por sua capacidade de produzir em grande escala ao ponto em que o país podia suprir suas necessidades da farinha ao mesmo tempo em que podia utilizá-la como capital de exportação.

O Brasil, nesse aspecto, tinha o poder apenas de suprir a demanda dos centros produtores, ao passo em que determinava uma quantia de trigo para exportação. É nesse aspecto que a mistura de 30% do trigo nacional ao trigo internacional para a moagem, representava a seguridade no mercado nacional interno de absorção do trigo produzido no Brasil, ao passo que, em tese, fomentaria a sua produção. Esse tipo de controle do mercado

demonstrava, principalmente, a perspectiva desenvolvimentista da institucionalidade brasileira logo após o fim do Estado Novo, isso reforçado pelo título da reportagem.

Há grandes interesses estrangeiros no caso comentou, acrescentando que esses interesses eram de um país, a Argentina, que, durante muito tempo, tivera no Brasil seu único mercado comprador do trigo, mas que, na ocasião da guerra, o encaminhara para outras nações. Afirmou que, em junho de 1946, só possuíamos trigo para 15 dias de consumo; não fosse a interferência do governo junto às autoridades norte-americanas, se teria agravado a situação. O trigo argentino, vendido antes a 9, passara a 60 pesos, importante essa quantia por sinal em 72 pesos, devido à taxa especial do acôrdo De Pinedo. Agora, atravessava a Argentina um período econômico difícil, o que notadamente se devia à grande diminuição de sua exportação de trigo. Necessitava assim, e para isso exercia pressão, de reconquistar o seu mercado único de trigo: o Brasil. A C.C.P. estava na obrigação de impedir que, para que a Argentina readquirisse o nosso mercado tritícola, fossemos forçados a sacrificar nossa própria produção. Os moinhos faziam política de delongas e dificuldades para com o produto nacional (Correio da Manhã. 18 de fev. 1949 p. 2).

Nesse trecho, além de fazer uma breve análise sobre os preços do trigo argentino, as declarações de Luís Rollemberg, selecionadas e publicadas pelo periódico, estabeleciam uma narrativa que explicava as motivações da interferência argentina. Aqui é importante notar que se constituiu uma perspectiva de caminho único, como se o que de fato acontecesse é que o Brasil, ao comprar o trigo argentino, estaria mantendo este mercado estrangeiro possível, o que, na realidade, não se constituiu como verdade. Segundo Sourrouille e Ramos (2013), o mercado de trigo argentino de fato tinha como importante parceiro o Brasil, porém, o país não era de fato seu único mercado consumidor. Os argentinos ainda exportavam razões consideráveis para o Reino Unido e, também, para os Estados Unidos a partir de sua reaproximação já no início da década de 1950. No encerramento a reportagem afirmava que

Na hipótese de não ser objetivada por intermédio desta última medida a mistura de trigo em grão nacional com o produto estrangeiro, o govêrno estudará a oportunidade de intervir nos moinhos visando assegurar a moagem do trigo nacional, chegando até mesmo, se fôr conveniente, à nacionalização dessa indústria, como tem ocorrido em outros países (Correio da Manhã. 18 de fev. 1949 p. 2).

Nesse último parágrafo, nota-se que o recurso discursivo que era apresentado pelo jornal é a conformidade com o cenário internacional. Demonstrava-se, para além da defesa da intervenção estatal para dirimir a interferência externa argentina, a legitimação de uma ação política: a nacionalização do setor de moagem para assegurar a mistura.

Além do CM, o periódico OG também teceu comentários sobre o que eles chamam de “o Caso do Trigo” (O Globo, 18 de fev. 1949, p. 3) ainda no dia 18 de fevereiro:

Repercutiram sensacionalmente as graves acusações proferidas pelo Sr. Luiz Dias Rolemberg, vice-presidente da C.C.P., na reunião de ontem, daquele órgão técnico. Em demorada exposição, que foi ouvida com vivo interesse, denunciou os moageiros de estarem sabotando o trigo nacional. Disse que os moinhos não querem cumprir a portaria que determina seja feita, ao trigo estrangeiro, uma mistura de trinta por cento de trigo nacional, e que ostensivamente, estão desrespeitando o compromisso que assumiram de adquirir o trigo nacional. Acrescentou que de toda a produção nacional, calculada em cerca de meio milhão de toneladas, os moageiros compraram apenas 34.000 sacas, visando assim, destruir o estímulo da produção nacional. Disse ainda o vice-presidente da C.C.P. que vultuosos interesses estrangeiros estão articulados na indústria da moagem, e que necessárias e urgentes providências devem ser tomadas a fim de salvar a florescente produção de trigo brasileiro (O Globo, 18 de fev. 1949 p. 3).

Diferentemente da reportagem do CM, a matéria do OG demonstrou algumas particularidades que constituíram um outro tipo de discurso. Ao apresentar a repercussão das acusações como “sensacionais” e, também, apresentar a CCP como “órgão técnico”(O Globo, 18 de fev. p.3) elemento esse que não fora encontrado na narrativa do CM, o sentido do texto parece demarcar uma posição, ou, ao menos, buscava legitimar as acusações através da narrativa escrita. Nessa linha, apresentava como “vultuosos interesses estrangeiros estão articulados na indústria da moagem” (O Globo, 18 de fev. 1949 p. 3) o problema e, em seguida, declarava que “necessárias e urgentes providências devem ser tomadas a fim de salvar a florescente produção de trigo brasileiro” (O Globo, 18 de fev. 1949 p. 3). Nesse aspecto, houve um alinhamento de projeto político, o nacionalismo que influenciava a proteção ao mercado nacional frente aos interesses estrangeiros.

Um outro diferencial que não ocorreu no CM era a presença da perspectiva dos moageiros, a quem o OG cede espaço:

A propósito dessas acusações, a nossa reportagem procurou ouvir os moageiros. Disseram-nos que a resposta seria dada ainda hoje, em caráter oficial, depois de uma reunião especialmente convocada para tratar do assunto, pelo Sindicato da classe, que é o Sindicato da Indústria de Moagem de Trigo.

Entretanto, o Sr. Camossa Saldanha, diretor-gerente do Moinho da Luz, adiantou-nos:

- As acusações não passam de fantasias absurdas arquitetadas por quem tinha obrigação de conhecer, e realmente conhece, o problema. Os moinhos não assumiram o compromisso de fazer a mistura, por imposição do governo. Pelo contrário, a medida adotada foi por sugestão dos próprios moageiros. Também devo dizer que não é verdade que estejamos sabotando o trigo nacional. Já compramos e consumimos mais de trezentas mil sacas e não a cifra apontada pelo vice-presidente da C.C.P. E se mais não consumimos é porque tem faltado à Viação Férrea do Rio Grande do Sul recursos e vagões para transportar mais trigo. Neste particular quem melhor pode atestar é o próprio ministro da Agricultura, cujos esforços no sentido de intensificar a produção daquele cereal são os mais louváveis e a ele se deve a grande produção consignada. A Viação Ferrea pode também atestar o considerável número de pedidos que temos feito para embarque de mais trigo. Aliás, devo ainda dizer que temos maior interesse em consumir o trigo nacional por que nos fica, além de tudo,

mais barato do que o estrangeiro. Em todo caso, da reunião sairá uma enérgica nota esclarecedora da situação, para que o público e as autoridades não fiquem iludidos sobre a nossa situação (O Globo, 18 de fev. 1949 p. 3)

Nesse parágrafo houve então a perspectiva contraditória sendo apresentada ao leitor, o que exerce alguma influência na percepção geral do caso. Nesse sentido, a narrativa dos moageiros apresentava novas arguições, como a sugestão dos 30% de mistura do trigo nacional ter sido da iniciativa da indústria moageira, que houvera um problema de escoamento da produção por conta da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e, também, a possibilidade do Ministro da Agricultura também atestar tais fatos. Assim, os moageiros rebateram as acusações e, em sua narrativa, atribuíam a uma instância regulatória e de poder (o Ministério) a possibilidade de legitimação da sua posição.

Assim, o jornal OG também repercutiu as declarações do Ministro da Agricultura Daniel de Carvalho. De acordo com o jornal, o ministro destacou:

“Li as sensacionais declarações feitas pelo ilustre vice-presidente da C.C.P., divulgadas e comentadas pelos jornais, relativamente a atos de sabotagem que estariam sendo praticados pelos moinhos em detrimento da produção nacional de trigo. Realmente, se os moageiros se recusarem a adquirir o grão da grande safra há pouco colhida, trilhada e recolhida aos armazéns no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, vibrarão golpe de morte na campanha do trigo hoje plenamente vitoriosa. Mas até agora não chegou ao Ministério da Agricultura uma só queixa dos plantadores de trigo sobre falta de comprador para o cereal ensacado da nova safra, que se vai escoando normalmente, dentro das deficiências de nosso aparelhamento, da nossa organização e manobras habituais de compradores e vendedores para a obtenção de maiores vantagens.

Os moinhos de trigo nacionais, quer pertençam a indústrias brasileiras, quer a estrangeiros, têm comparecido ao Ministério como um bloco harmônico ou através do sindicato que os representa. Até o momento vinham eles colaborando eficazmente na campanha do trigo, contribuindo até pecuniariamente com vultuosa soma para o contrato de técnicos nacionais e estrangeiros necessários ao desenvolvimento da nossa triticultura.

Se se provar, porém, que esses moinhos estão recusando a aquisição do trigo brasileiro conforme a grave denuncia ora trazida a público, certamente o Governo saberá agir na defesa da economia nacional (O Globo, 18 de fev. 1949 p. 3).

Nesse trecho, o jornal publicava uma notícia contraditória à acusação feita pelo vice-presidente em que não houvera, por parte do Ministério da Agricultura, qualquer problema que tinha relação direta, ou ao menos indícios até o momento apresentados, que sustentavam a tese de que houvesse algum tipo de interferência estrangeira na moagem do trigo, segundo a argumentação do ministro. O discurso do ministro Daniel de Carvalho, demonstrava conhecimento das limitações com relação à logística para a produção agrícola e, também, produziu um sentido de moderação em relação ao caso sem deixar claro que o

governo ainda tomaria decisões efetivas para evitar a interferência externa, tornando presente a perspectiva nacionalista que subjaz no texto.

Ainda no mesmo dia, o periódico OG publicou uma crônica assinada por José Lins do Rego chamada “O trigo e o Brasil” (Rego, 1949 p.7), um dos elementos mais particulares até o momento, pois destoava da perspectiva majoritária do CM e do próprio OG. Enquanto os periódicos, de maneira geral, apresentavam perspectivas que eram, em tese, continuidades ideológicas do desenvolvimentismo, posicionamentos complementares entre si com alguma modificação no que apresentar no texto, a crônica de José Lins do Rego apresentava aqui uma perspectiva liberal em seu discurso. “Publiquei ontem a carta de um plantador de trigo, no Rio Grande, para mostrar de público que, no Brasil, muito se pode fazer, desde que a iniciativa particular conte com a boa vontade dos poderes públicos” (Rego, 1949 p. 7). Em nenhum momento das duas primeiras reportagens acerca do caso do trigo os “particulares” (Rego, 1949 p. 7) foram levados em consideração. Muito pelo contrário, os particulares da indústria de moagem formavam, na perspectiva do vice-presidente da CCP, o elo corrompido da cadeia produtiva. As possibilidades ventiladas e discutidas, até o momento nas duas reportagens, eram a intervenção e possível nacionalização dos moinhos. Aqui, José do Rego defendia a iniciativa privada e argumenta que era necessária a “boa vontade dos poderes públicos” (Rego, 1949 p. 7) para auxiliar o capital privado em seu desenvolvimento.

Ainda, ao indicar que existia um pessimismo com relação à produção de trigo no Brasil, o autor do texto ainda argumentava que “[...] qualquer iniciativa que surgisse, com o intuito demonstrar o contrário, morria no arrojo individual. Nem o Governo e nem os homens do crédito acreditavam naquilo que supunham uma loucura.” (Rego, 1949 p. 7), nesse aspecto, houve um equívoco por parte de José Lins do Rego, por desconhecer as estações de experimentação e diversos investimentos públicos que eram conduzidos desde o século XIX no Brasil e fomentaram a produção agrícola de trigo e outras culturas no sul do país (Machado, 2020).

Assim, ao chamar de “trama sinistra” (Rego, 1949 p. 7) e assumir como verdade as acusações do sr Luís Dias Rollemberg, o autor da crônica construiu uma narrativa pretérita que também justificava a intervenção da Argentina especificamente no mercado e na produção brasileira de trigo. Perpassando o elo central dessa questão, os “moinhos vorazes” (Rego, 1949 p. 7), o contato do algoz argentino, José do Rego produziu um sentido nacionalista, em certa medida, em defesa do estrangeiro que busca prejudicar o Brasil. Esse

discurso encontrava base em uma disputa histórica entre Brasil e Argentina que, ao longo do tempo, disputaram como rivais geopoliticamente na América do Sul, inclusive, no início do século XX, alguns jornais repercutiram notícias acerca das questões tarifárias da farinha e do trigo argentinos no Brasil (Heinsfeld, 2023). Essa rivalidade também encontrava novos contornos após o surgimento do movimento justicialista na Argentina, a quem os brasileiros viram como semelhante ao trabalhismo de Vargas (Cavlak e Santos, 2017). Foi nesse aspecto que o combate à interferência argentina pode, em certa medida, ter sido influenciado pelo binômio de rivalidade histórica e conjuntura política (ou hegemonia regional e desenvolvimentismo nacionalista). Nesse sentido, apesar da narrativa pretérita utilizada, o autor atribuiu apenas ao governo atual (o de Dutra) o crédito da iniciativa de fomento à produção tritícola, como se fosse possível em um período de apenas 4 anos desenvolver toda uma cultura de plantio no Brasil. José Lins do Rego encerra sua crônica declarando:

Verifica-se assim que, em nossa terra, nem tudo é tão ruim, e que há homens, neste país, ainda possuídos de entusiasmo para produzir, para os trabalhos duros. Os que julgam a Nação perdida devem olhar com alívio para os lavradores gaúchos, para a magnífica energia do médico de S. Gabriel, e acreditar um pouco mais no Brasil (Rego, 1949 p. 7).

Nesse trecho, o que é possível observar é o foco do discurso no “homem” aliado à “nação”. O foco discursivo no “homem” que “faz”, dotado de “entusiasmo para produzir, para os trabalhos duros” (Rego, 1949 p. 7), associado ao início da crônica, onde há uma valorização da iniciativa privada, indicavam as perspectivas ideológicas que se constituíam através do discurso, como a percepção de que são necessários os grandes homens que movimentavam o país, que o construíam. A sua proposição inicial, a de que é necessária a boa vontade dos poderes públicos, indicava que também havia a possibilidade de, enquanto essa não houvesse tal disposição, não seria possível para o âmbito privado estabelecer o desenvolvimento. Diante disso, parece seguro dizer que havia uma perspectiva liberal (pois fomenta a perspectiva de desenvolvimento associado ao capital privado) e individualista (afinal, é no papel do fazendeiro, do homem que faz, que trabalha, em detrimento do “poder público” que reside o elemento de valorização) o que denota, até o momento, uma interessante particularidade.

No dia 19 de fevereiro, o CM publicou uma nova manchete sobre o assunto intitulada “Aspecto Inédito da Batalha do Trigo” (Correio da Manhã, 19 de fev. 1949 p. 4). Essa reportagem trazia de forma sintética as declarações e perspectivas do dia anterior, somados à declaração dos moageiros que se encontrava no OG, porém, com alguns adicionais. Já na

primeira linha, um detalhe pode ser observado na narrativa que se buscava ser construída. Ao falar sobre o caso do trigo, o jornal declarava que “O caso do trigo assume aspecto inédito em face da denúncia levada ao conhecimento do plenário da Comissão Central de Preços pelo seu vice-presidente[...]” (Correio da Manhã, 19 de fev. 1949 p. 4)., nesse trecho, pode-se verificar a utilização da palavra *denúncia*, contrapondo a primeira reportagem, em que dizia “*acusada a Argentina*” (Correio da Manhã, 19 de fev. 1949 p. 4).. Fica evidente que, na reportagem anterior, as declarações do Ministro da Agricultura também citavam a referida palavra, no entanto, a configuração do discurso jornalístico sofreu alteração quando o meio de comunicação que utilizava determinada palavra e não a reprodução de um argumento atribuído a outra pessoa, constituindo, então, um sentido diferente daquela primeira abordagem. Ou seja, a percepção acerca do fato foi modificada e, assim, o discurso do jornal buscou afirmar um posicionamento distinto, para além do aspecto jornalístico, portanto, acusatório. O site do Governo Federal, especificamente a seção da Controladoria Geral da União, define a denúncia como

“ato que indica a prática de irregularidade ou de ilícito cuja solução dependa da atuação dos órgãos apuratórios competentes”. Em outras palavras, a denúncia acontece quando alguém toma conhecimento de um ato ilícito, ou de algo errado, e leva essas informações ao conhecimento da Administração Pública (Controladoria Geral da União, 2024).

Enquanto a acusação atribuía a responsabilidade de um ato, a denúncia era a declaração de irregularidade para um órgão ou instituição competente. Fica evidente que um seria complemento do outro, mas não necessariamente eles devem ser feitos juntos, porém, o que realmente chama a atenção é o fato de que houve um leve deslocamento da narrativa e do discurso que retirava de certa forma o foco da Argentina e passava aos moinhos o foco de acusação. É importante frisar também que, mesmo a existência desse leve movimento discursivo, a crítica à Argentina ainda subjaz no discurso.

É nesse sentido que a segunda parte do trecho separado caminha. Ao citar as vantagens que a autossuficiência na produção de trigo traria no Brasil, sobretudo a economia de cerca de 15% do mercado internacional (que está explicitado no montante de 3 bilhões de cruzeiros), o periódico reforçava o discurso de que havia um “mentor” por trás da ineficiência ou inércia dos moinhos em realizar a mistura indicada. É possível observar então uma manobra discursiva para declarar os moinhos e os moageiros como responsáveis pela execução de um plano que visava enfraquecer a produção nacional.

Apesar de, na parte final do texto, a notícia trazer as declarações do Ministro da Agricultura, Daniel de Carvalho (as mesmas declarações noticiadas anteriormente), estas parecem não surtir tanto efeito quanto às declarações do vice-presidente da CCP, principalmente pela manutenção discursiva da perspectiva acusatória com relação aos moinhos e, de forma indireta, à Argentina. Este caso, intrigante em realidade, demonstrou que o discurso de acusação - e/ou denúncia, assumindo a narrativa do texto - de Rollemberg surtiam maiores efeitos discursivos na mídia do que as declarações do ministro. Isso pode ser por conta do poder que a denúncia/acusação teve, ou, também, pela representação de interesses que o discurso do vice-presidente produziu ao fazê-las.

No dia 20 de fevereiro não houveram manifestações acerca do caso do trigo, sendo a reportagem do dia 21 intitulada “Melhor do que a Argentina” (O Globo, 21 de fev. 1949 p. 5), no OG a imediata continuação do assunto, mas de forma indireta:

S. PAULO, 21 (Asapress) – Falando à imprensa local sobre a sabotagem contra o trigo nacional por parte dos moinhos, o ministro Daniel de Carvalho declarou: “A respeito só posso falar sobre o que ocorre no meu Ministério. Aliás, já fiz declarações à imprensa do Rio de Janeiro, esclarecendo o assunto. Até agora, os moinhos, quer os que pertencem a capitais estrangeiros, têm colaborado eficazmente no desenvolvimento da nossa triticultura. Entretanto, se houver provas de que os moinhos estão recusando comprar o trigo brasileiro, o Governo saberá agir na defesa dos produtores nacionais (O Globo, 21 de fev 1949 p.5).

Já na primeira linha, a reportagem, de maneira curiosa, não utilizou mais os termos “acusação” ou “denúncia”, isto é, se estabeleceu uma linha direta, um raciocínio único, uma “verdade” em que o ministro fala sobre a sabotagem ao trigo brasileiro. Não houveram tergiversações, sinônimos ou algo que tentasse demonstrar uma imparcialidade. A forma direta como escreviam, produziu o sentido de que havia, de fato, uma intervenção externa, apesar de que, em realidade, como fora demonstrado até o momento, nenhuma prova sequer tinha sido fornecida ao público sobre essas alegações. O próprio ministro Daniel de Carvalho declarou a inexistência de queixas por parte dos produtores com relação à aquisição de trigo nacional.

No último parágrafo da reportagem, ao qual o título se refere às declarações do sr ministro da agricultura indicavam que a produção por hectare no Brasil estariam em melhores condições que os da Argentina:

Encerrando as suas declarações, o Sr. Daniel de Carvalho fez esta sensacional e realmente auspiciosa revelação: “Felizmente, a nossa produção de trigo, por hectare, está melhor do que a da própria Argentina. Segundo inúmeros plantadores, estamos

em condições de produzir trigo em bases perfeitamente econômicas. Assim, nºo [sic] se deve recear uma repercussão prejudicial à nossa campanha de produção em face das baixas que se verificarem no exterior (O Globo, 21 de fev. 1949 p. 5).

Nesse sentido, o discurso das alegações do ministro demonstrava, além de uma moderação e parcimônia, a perspectiva que, de certa forma não existiam preocupações com relação à produção tritícola no Brasil e que, aliado ao fato de que ao ministério não tivessem chegado queixas com relação à aquisição da safra, a possível questão com a Argentina não se demonstrava fator de extrema gravidade.

No dia 21 não houveram publicações do CM, porém, em 22 de fevereiro era publicada uma carta do sindicato das indústrias de trigo do Rio de Janeiro e de São Paulo sobre a questão intitulada “Sabotagem contra o trigo nacional?” (Sindicatos da Indústria do Trigo, 1949 p. 8). Como a resposta foi enviada no dia 21, a sua publicação ocorreu no dia seguinte e foi publicada em todos os periódicos que discutiram o assunto, nesse sentido, a mesma publicação está disponível no arquivo do CM e no OG.

Em resumo, a argumentação dos sindicalistas da indústria do trigo buscava esclarecer algumas questões que eram referentes à sua ineficiência na moagem do trigo proveniente da safra disponível no mercado. Para eles, as questões que se impuseram e que levavam a uma lentidão no escoamento da produção eram, sobretudo, uma questão de operação logística. Estabeleceram uma narrativa para defender o ponto em que a indústria do trigo atuava junto ao governo para que existisse, fosse fomentada e que melhorasse a qualidade e a capacidade de produção do trigo no Brasil. Para isso, indicavam seus feitos e argumentavam que, na verdade, as questões de atraso ou ineficiência também estavam sob conhecimento dos órgãos competentes. Foi nesse sentido que a nota era encerrada questionando: “Quem é que está fazendo sabotagem contra o trigo nacional?” (Sindicatos da Indústria do Trigo, 1949 p. 8). Tal questionamento indicava que as ações e declarações do sr. Rolleberg estariam, de certa forma, prejudicando o mercado tritícola, ou ao menos, em vistas de prejudicar este mercado. Essa nota em resposta, além de demonstrar a percepção da indústria, a quem estava sendo atacada, também demonstrou, com base em sua argumentação, que os problemas enfrentados tinham pouca ou nenhuma relação com uma possível interferência externa argentina.

Ainda no dia 22 de fevereiro havia uma crônica intitulada “O Trigo e os ‘gangsters’” (Rego, 1949 p.9) no OG, em que, novamente, de José Lins do Rego desenvolvia um discurso com uma abordagem interessante, tanto apelando para a opinião pública em defesa da nação quanto para reforçar e, de certa forma, legitimar a acusação/denúncia do vice-presidente da

CCP. Se na primeira análise do discurso de José do Rego a perspectiva adotada era liberal/individualista, muito pautada na figura do homem desbravador, feitor dos trabalhos árduos etc, nesta, o autor se pautou pela movimentação de massas que seria necessária para tratar com seriedade o assunto em questão. Ao fazer uma ode ao país sendo este “de opinião pública, de afiada consciência cívica, de melindres à flor da pele” (Rego, 1949 p. 9), ou seja, um país de princípios, com atuação política e com posicionamentos, o autor buscava estabelecer, em sua narrativa, o fomento ao debate público com relação às denúncias feitas e veiculadas nos periódicos, isto é, tomando-as por verdade. Outro fator interessante que fora abordado na análise da reportagem “aspecto inédito na batalha do trigo” (Rego, 1949 p. 9) era que, tanto as declarações anteriores do ministro da agricultura ou dos esclarecimentos prestados pela nota dos sindicatos da indústria do trigo não surtiam efeito para o autor da crônica quanto a legitimidade e verdade das acusações feitas contra os moinhos e a Argentina. Para José Lins, parecia uma verdade indiscutível que essa interferência estava ocorrendo e que, nesse momento, era necessário o debate acerca do tema para que providências fossem tomadas.

Vale ressaltar que, até o momento, como pode ser observado, nenhuma prova foi a público, a narrativa do ministro Daniel de Carvalho se alinhava à argumentação dos sindicatos, sendo a posição do sr Rollemberg única, em consonância com as narrativas que estavam sendo construídas nas mídias. Mesmo o espaço para o contraditório e a existência deste, parecia não surtir efeito discursivo quanto à legitimidade das denúncias.

No dia 23 de fevereiro, o CM publicou uma reportagem com a chamada “O caso do trigo” (Correio da Manhã, 23 de fev. 1949 p.5), e nela havia um breve debate levando em consideração os elementos das reportagens e colunas anteriores sobre a questão. Após um breve resumo do caso do trigo, a coluna discutiu alguns temas novos e passou a debater de forma mais equilibrada, levando em consideração os elementos contraditórios para a discussão. Segundo o jornal, Rollemberg teria apresentado provas de suas acusações à Câmara dos Deputados, nesse sentido, o periódico considerava:

Em face do que se está passando, cumpre ao govêrno agir com severidade, no sentido primeiramente de fazer que se cumpram suas determinações, máxima por que delas depende a salvação dessa economia que, em boa hora, se procura criar no Brasil, onde já existiu e foi proscrita. Se realmente há sabotagem, fica patente que os moinhos não merecem a confiança do poder público para executar missão de tão grande responsabilidade. E diante disso só restará um caminho: a nacionalização dos moinhos, a exemplo do que fazem outros países, de modo que a comunhão brasileira seja devidamente amparada. Mas evidentemente, para chegarmos a êsse termo, será indispensável que provada fique, sem qualquer dúvida, a sabotagem. (Correio da Manhã, 23 de fev. 1949 p.5)

Nesse sentido, era demonstrado pela primeira vez uma maior parcimônia e relativização das acusações publicadas. A perspectiva de que existiam as provas, porém, estas ainda não demonstravam ou atestavam de fato a sabotagem, ou ainda não foram verificadas para tal declaração, evidenciava um posicionamento comedido em relação ao caso, modificando assim o alvo do discurso:

Está, em todo caso, patente a desordem reinante nas esferas administrativas. O vice-presidente da Comissão Central de Preços, diz uma coisa. O ministro da Agricultura responde coisa inteiramente diversa.... São ambos representantes do governo. Onde estará a verdade? Como êsse, quantos outros fatos que neste momento intervêm na vida do Brasil, se vêem através do mesmo prisma nebuloso e confuso? Está em jogo a própria autoridade do governo (Correio da Manhã, 23 de fev. 1949 p.5)

Essa translocação do alvo discursivo que mirava a administração pública indicava que os aspectos acusatórios aos moinhos não eram o suficiente para fortalecer a narrativa. Pode-se perceber que, nesse momento, o discurso passou da legitimação da acusação/denúncia para sua breve relativização, mesmo que tenham sido apresentadas provas que, no entanto, não foram explicitadas ao público. A partir disso, a coluna discutiu, não só a legitimidade da denúncia, mas evidenciou a perspectiva do “debate público”. O contraditório, apresentado anteriormente nas declarações do ministro Daniel de Carvalho e das notas dos sindicatos, demonstrou a perspectiva na mídia de que a oposição narrativa das partes indicavam não a presença da intervenção estrangeira mas a ineficiência da administração pública, assim, constituindo um discurso diferenciado em relação aos anteriores. O produto que daí deriva era, de certa forma, o primeiro indício de incerteza com relação ao assunto evidenciado no terceiro parágrafo da citação.

Este texto, por apresentar um resumo e partir para uma relativização do caso ou, ainda, desenvolvendo uma incerteza com relação a ele, detinha opiniões mais específicas sobre assunto, por isso também era dividido em seções, a primeira exposta anteriormente e duas outras a seguir sendo “Nebulosidades” e “Revisões para pior” (Correio da Manhã, 23 de fev. 1949 p.5). Para fins de análise, apenas a terceira será aqui analisada. A segunda seção discorreu sobre questões monetárias que tinham relação com o caso, mas de forma muito indireta uma vez que discorria sobre as capacidades de investimento público (e sua validade) de forma muito genérica.

Dito isso, a terceira seção desenvolve uma crítica à CCP:

Se seu papel terá de limitar-se a organizar e reorganizar tabelas aumentativas, seu controle é nulo e absolutamente sem razão de ser a sua existência. Para majorar tabelas, sem mais exame, só porque os intermediários do comércio alegam que estão sendo prejudicados, é desnecessária uma comissão permanente de tabelamentos. Revisões e reformas, como as que se fazem, para dificultar ainda mais o custo de subsistência, não valem o papel e a tinta que gastam, nem compensam as altas locubrações dos doutores do tabelamento.

Qualquer modesto funcionário pode manobrar as cifras de uma tabela aritmética (Correio da Manhã, 23 de fev. 1949 p.5).

Até então, a CCP, enquanto instituição, apenas havia sido citada para fins de legitimação do discurso de seu vice-presidente, as suas funções foram preservadas de crítica no tocante ao caso do trigo. Assim eram apresentadas as questões com relação às “majorações” das tabelas, funções essas que, nas palavras do colunista “qualquer modesto funcionário pode manobrar as cifras de uma tabela aritmética” (Correio da Manhã, 23 de fev. 1949 p.5), e, no corpo do texto, contestando sua razão de existir caso esta seja sua única função possível, a de controlar as tabelas, a crítica à CCP construiu um sentido discursivo em que o absoluto do discurso de Rollemberg passou a perder força à medida que os elementos contraditórios passavam a ganhar espaço no debate. Como não é possível fazer uma análise da recepção das notícias, as mudanças observadas demonstravam que a exposição das declarações ministeriais e sindicais aprofundaram a questão, levando a um meio-termo de relativização do que antes era tido como verdade. Ainda no dia 23, outra reportagem discutiu especificamente a participação do vice-presidente da CCP, Luís Rollemberg na Câmara dos Deputados, em uma comissão específica: a Comissão Especial do Trigo. A chamada “Intervenção nos moinhos ou, mesmo, sua nacionalização” (Correio da Manhã, 23 de fev 1949 p.3) reforçou ainda a perspectiva já apresentada no jornal, a de intervenção ou nacionalização dos moinhos.

A questão central das novas declarações publicadas no periódico indicavam que, de forma sintética, o que estava ocorrendo era a incapacidade dos moinhos de produzir a mistura de 30% do trigo brasileiro aos de procedências internacionais no prazo estipulado pela CCP. Dessa forma, o não cumprimento desse prazo era o que dava origem às acusações de interferência estrangeira no mercado brasileiro.

Conforme fôra previamente anunciado, compareceu ontem à Comissão Especial do Trigo da Câmara dos Deputados o sr. Luiz Rollemberg, vice-presidente da Comissão Central de Preços, onde foi expor perante os parlamentares as acusações que vem fazendo contra os moinhos, que são acusados de sabotarem a produção tritícola nacional. Abrindo os trabalhos daquele órgão, o seu presidente sr. Damaso Rocha, rememorou as atividades do depoente nos diversos setores da vida nacional como membro da comissão Nacional do Trigo, diretor do Instituto do Açúcar e do Alcool e

vice-presidente da C.C.P., acrescentando que as informações por êle prestadas seriam mais do que um simples depoimento, constituindo-se em verdadeiro documentário a ser utilizado para a elaboração de melhores leis destinadas á defesa do produto nacional (Correio da Manhã, 23 de fev 1949 p.3).

Um elemento interessante foi que a legitimação do discurso do vice-presidente da CCP ocorreu de forma declarada por sua experiência pretérita em assuntos de regulação e atuação em outros setores públicos da economia. Bourdieu (1989), ao desenvolver o conceito de campo e de poder simbólico, indicou que este poder não pode ser obtido de forma individual, a legitimação que dá o poder da representação é decidido dentro de um campo específico em que os grupos em disputa assimilavam as requisições externas para então, posteriormente, utilizar seu poder para representar. Nesse sentido, a atuação política pretérita de Rollemberg lhe conferiu poder e legitimidade para representar uma instituição, o que explica, então, a alta conta em que suas declarações eram recebidas.

No encerramento da reportagem, as soluções propostas eram “controle, intervenção e nacionalização”(Correio da Manhã, 23 de fev 1949 p.3). Essas propostas, evidenciadas através do controle financeiro dos moinhos pelo Banco do Brasil (sobre a aquisição dos produtos para moagem), intervenção (para fazer valer a portaria que obriga a mistura de 30%) e nacionalização (caso nenhuma das alternativas anteriores surtisse efeitos práticos). Desse modo, é possível observar uma evidente perspectiva desenvolvimentista que permanecia como *modus operandi* da política econômica nacional e, sobretudo, como a mídia tinha se posicionado com relação à ela: não eram dirigidas críticas a essa perspectiva, elas foram comentadas como as soluções propostas, porém, os editoriais e as opiniões que podem ser observadas não problematizaram ou ao menos questionavam essas propostas.

No dia 23 de fevereiro o OG não publicou nenhuma coluna ou reportagem referente ao caso do trigo. Já no dia 24 de fevereiro, foram feitas 3 reportagens que discutiam direta ou indiretamente sobre o caso do trigo. A primeira delas tinha a chamada “O solo e o homem” (Velloso, 1949 p. 2), assinado por M. J. Pimenta Velloso⁸. A coluna debateu as questões agrárias percebidas pelo autor, envolvendo a questão do trigo, utilizando, também, relatórios de análise da economia agrária. Vejamos as argumentações.

O que está dito no relatório Abbink a respeito de nossa situação alimentar e da prioridade que nos cumpre dar ao problema alimentar brasileiro é intuitivo e tem sido repetido durante muitos anos e por muitos homens – e ninguém deu atenção. Tudo está sob a dependência do desenvolvimento de nossa lavoura de subsistência. Dentro do problema da energia necessária à produção e ao trabalho, o que primeiro

⁸ Não foi possível identificar M. J. Pimenta Velloso através de pesquisa.

devemos considerar é a energia necessária ao próprio homem. Nosso regime alimentar é de modo geral deficitário em calorias, em vitaminas, em sais minerais. É inútil repisar aqui resultados de pesquisas feitas, que evidenciam dietas de trabalhadores comportando apenas 2.000 calorias, às vezes menos. A par desse déficit clamoroso, evidenciado além do mais pelo crescimento e propagação da tuberculose em caráter quase epidêmico, observa-se uma alta constante do custo da alimentação [...].

O centro da narrativa argumentativa do autor recaiu sobre as deficiências do Brasil ou da sua incapacidade de desenvolver a agricultura da mesma forma (ou no mesmo ritmo) que desenvolve a indústria. Além disso, no trecho separado para análise, que concerne especificamente ao caso do trigo, Velloso (1949), assim como parte majoritária dos trechos analisados, assumia como verdade as acusações de Rollemberg da CCP para fortalecer sua base argumentativa nacionalista e de desenvolvimento agrícola visto como necessário para o desenvolvimento econômico do país. Assim, citando questões de segurança alimentar e da incapacidade do país para prover suas necessidades, isto é, de ser autossuficiente em termos de alimentos, o autor criticou de forma contundente os possíveis interesses alheios aos da nação que minam as capacidades produtivas do Brasil. Esse discurso também utilizou como artifício retórico a missão ocorrida em 1948 chamada de

Joint Brazil-US Technical Commission, ou Missão Abbink, que teve como representante o brasileiro Otávio Gouveia de Bulhões, economista chefe da Seção de Estudos Econômicos Financeiros dos governos Vargas e Dutra, contado também com a participação de técnicos e empresários de ambos os países. Essa Missão ficou mais conhecida como Missão Abbink, e tinha objetivos de fazer novamente um diagnóstico da situação econômica brasileira, na tentativa de solucionar problemas econômicos, privilegiando a estabilidade financeira, fator considerado fundamental para o desenvolvimento econômico. (Rabelo, 2019 p. 9)

Sobre a questão logística e/ou interferência externa ao mercado brasileiro, o autor argumentava tentando relativizar a posição dos moinhos. Ao passo em que fazia uma defesa do desenvolvimento do Brasil e da sua capacidade de suprir as necessidades de sua população de forma autônoma, Velloso (1949) considerava que havia uma espécie de falta de empenho, má vontade ou mesmo sabotagem nas atividades logísticas que dariam suporte ao escoamento da produção:

De passagem, cumpre acentuar que a especulação ainda argumenta com a falta de transportes, quando é notório que, quer navios, quer composições ferroviárias, andam uns com lastro e outras com os vagões encostados criminosamente aos desvios. É uma manobra já por demais claramente percebida dos aproveitadores, cujas influências se manifestam nos mais variados setores. Tal fato pode ser rapidamente desmascarado, desde que se faça rápida inspeção nos manifestos de bordo ou nos dados e números estatísticos das estradas de ferro. Isso mesmo ocorre agora com relação ao trigo nacional, que os moinhos dizem não receber *por falta de transportes*. Ao em vez de se ir ao fundo da questão, parece que todo o alarido vai se

perder no vácuo, porque os inquéritos esbarram, via de regra, na honra e no decôro que é preciso preservar, quando não esbarram em portões de palácios, como naqueles casos de surras em jornalistas.

Ora, não se trata nem de honra nem de decôro. Trata-se de trigo nacional e de luta contra trustes e interêsses internacionais (Velloso, 1949 p. 2).

Esse aspecto de que, ao longo da cadeia logística havia uma “manobra” para prejudicar os setores produtores consistiu em um elo narrativo que construiu a base argumentativa em que se acusava de “proveitadores” àqueles que, em sua perspectiva, trabalhavam contra o desenvolvimento do país, a partir daí, residiu também a crítica à interferência argentina.

Além de sua crítica a essa interferência externa, outro ponto focal do autor demonstrava ser o fortalecimento da autonomia econômica brasileira que perpassava, dentre outras coisas, a soberania alimentar.

É preciso romper o cêrco em que estamos metidos com a cumplicidade de muitos que estão de portas a dentro, bradando aqui d’el rei, enquanto afrouxam a bôlsa para que o lucro entre. É preciso, pois, antes de atacar os de fora, como Abbink, tão atacado ultimamente, identificar os falsos profetas, cuja maior ameaça à nossa soberania é a repetida afirmação de que vamos indo muito bem, obrigado!

Soberania só é possível a um povo que come, que se mantém de pé e com sangue quente à guelra, sem depender que cheguem navios com leite em pó e frutas para que se sirva o almoço.

E isto somente conseguiremos com uma substancial alteração em nossa política econômica, financeira, tributária e social, no sentido de arrancar da terra aquilo que, não obtendo nós mesmos dela, teremos que mendigar ou comprar ao preço da própria liberdade (Velloso, 1949 p. 2).

Importante notar que o autor buscava, dentre outras coisas, criticar as práticas que, em sua opinião “afrouxam a bôlsa para que o lucro entre” (Velloso, 1949 p.2). Essa sentença, importante para realçar no discurso o aspecto nacionalista, de regramento, contenção da capacidade de interferência externa, não encontrava o mesmo sentido quando Velloso se referia ao relatório Abbink, por exemplo. Defendendo entre alguns aspectos o nacionalismo, independência do país, este não negava a “ajuda” estadunidense. Esse elemento, em tese, deveria contradizer a capacidade de desenvolvimento brasileiro de forma autônoma (no caso da soberania alimentar) e a necessidade de ajuda. O cenário ao qual essa questão se apresentou é uma oposição conceitual de um “rival” que busca desestabilizar o mercado interno enquanto havia um “associado” que produzia um relatório “técnico” para auxiliar no desenvolvimento econômico no Brasil. Aí é que residiu uma questão: ao tomar como verdade a intenção dos moinhos de prejudicar o país, o autor aplicava a característica opositiva ao

desenvolvimento do país a essa indústria, e o relatório Abbink era, por exemplo, expoente de apoio internacional que formava a linha de contraposição conceitual.

Na pequena coluna denominada “Resíduos de trigo” (Correio da Manhã, 24 de fev 1949 p.9), indicava-se a dificuldade dos produtores em obter os resíduos. É importante perceber que, de uma matéria a outra, foi se reforçando novamente a narrativa contrária aos moinhos e, especificamente nessa reportagem, demonstrava-se uma construção narrativa sutil em consonância com a reportagem que discutia a atuação da administração pública. Esta reportagem adicionou um recurso interessante que consistia em aliar essa crítica ao discurso que acusou a Argentina e os moinhos de estarem interferindo na economia através de uma argumentação linear. Primeiro, criticou a burocracia da administração pública, em seguida, propôs a solução justamente no mercado de trigo argentino com o auxílio do governo, em seguida, atribuiu aos moinhos a incapacidade de abastecer os produtores. Essa linha retórica reforçava o discurso majoritário de culpabilização dos moinhos, o que acarretou no sentido de, uma vez mais, tornar estes os culpados pela situação, o que fortalecia a narrativa de intervenção e/ou nacionalização dessa indústria.

Ainda no dia 24 de fevereiro, a terceira reportagem sobre o caso era sobre a discussão do assunto no Senado com a chamada “Terminou para nós a época dos moinhos - segundo o sr. Andrade Ramos” (Correio da Manhã, 24 de fev 1949 p.9). Na conferência do Senado noticiada, foram observadas as argumentações explicitadas como elementos, a princípio, jornalísticos e factuais. Em um segundo momento, no entanto, percebe-se a intencionalidade do periódico ao analisar a chamada feita na notícia, o que era, em realidade, uma interpretação do jornalista que escreveu sobre as falas do senador Andrade Ramos, que vem logo a seguir. Foi nesse aspecto que a construção de um sentido discursivo demonstrava o posicionamento do jornal. Também, ao colocar esse debate acerca do convênio assinado em 1948 com a Argentina no contexto do caso do trigo, verificou-se que a retórica de vantagens e desvantagens assumiu outros contornos como o fato de que apenas eram explicitados os elementos negativos do convênio assinado, porém, os benefícios não foram citados. O discurso que, a um primeiro olhar apresentava “neutralidade” demonstrou, em realidade, a constituição de um discurso que subjaz na escrita, isto é, os elementos que não eram explícitos (como as vantagens que o convênio traria) produziram um tipo de discurso e de sentido que, uma vez mais, corroborava com a narrativa acusatória de que a Argentina, de uma forma ou de outra, estaria se beneficiando dos problemas na produção de farinha no Brasil. Um outro elemento que pode ser observado era que se assumiu a problemática com a

disponibilidade de trigo em grão para moagem, ao mesmo tempo em que se considerava a prática da mistura “perturbadora e onerosa”, portanto, parte importante do problema de abastecimento nacional.

No dia 25 de fevereiro, uma breve reportagem indicava o encontro de Luís Rollemberg com o presidente da república, Eurico Gaspar Dutra. Aqui, por conta do fato da reportagem ser diminuta, não havia uma análise muito aprofundada a ser feita, porém, é importante destacar, novamente, que o cargo de vice-presidente da CCP era indicação do presidente, o que demonstrava a importância da instituição. Ainda no dia 25, foi publicada uma coluna extensa chamada “Economia e Finanças” (Rosa, 1949 p. 3). Essa coluna era recorrente no CM e sempre trazia tabelas e análises sobre as questões econômicas e financeiras, como diz o título. O que nos interessa são os trechos que falavam sobre as questões concernentes ao trigo, por isso, aqui iremos nos ater à essas partes. Foi possível, ao analisar a trajetória dos discursos que se apresentavam, perceber uma linha de desenvolvimento que modificava um pouco o tipo ou o objetivo do debate. O que se iniciava como uma denúncia de intervenção estrangeira ao mercado nacional, passou para uma etapa de leve relativização a partir da apresentação de contestações e do contraditório e, a partir do desenvolvimento dos argumentos, uma questão que estava inserida no contexto da contenda narrativa era a preocupação com a soberania alimentar do país. Cada vez mais o discurso passava a se deslocar de uma intervenção para beneficiar o mercado argentino para o fomento da agricultura de alimentos com vistas ao mercado interno. Tanto no período de guerras, quanto neste momento do período do pós-guerra, os convênios e os tratados internacionais de grãos etc. buscavam assegurar a capacidade de um país de alimentar seus cidadãos. Nesse sentido, esse debate se insere, para além das questões mercadológicas, para uma questão de utilidade pública, de soberania alimentar que, nesse período, parecia estar em falta. Havia também, nesse trecho separado, no último parágrafo onde o autor escrevia que o “palavrório está na bôca da maioria; por tôda parte só se ouve a ressonância da crítica destruidora. Será isso remédio?” (Rosa, 1949 p. 3)., é importante perceber aqui que Wenceslau Rosa⁹ buscava, em sua retórica, estabelecer os pontos positivos e negativos da administração pública até o momento com vistas em uma unidade, ou, ao menos, de uma discussão profícua, produtora, para além das acusações. Um discurso que, em realidade, também se diferenciava dos demais por não assumir como verdade as narrativas e buscar, em síntese, uma solução produtiva.

⁹ Não foi possível localizar informações sobre Wenceslau Rosa através de pesquisa.

Ainda no dia 25, o CM publicava mais uma nota dos Sindicatos da Indústria do Trigo do Rio de Janeiro e de São Paulo intitulada “Sabotagem contra o Trigo Nacional” (Sindicatos da Indústria do Trigo 1949 p. 13). Como as análises discursivas estão restritas àquelas notícias que tratavam do assunto apenas em dois periódicos, o CM e OG, algumas declarações sobre o caso escapam deste trabalho, como o caso da fala do secretário da agricultura do Rio Grande do Sul e outras que não foram veiculadas nos jornais analisados. Porém, o que pode ser percebido na narrativa desenvolvida no texto era algo que, em suma, através de análise das crônicas anteriores as acusações direcionadas aos moinhos careceram de provas evidenciadas ao público, o que, apesar de sua legitimidade representativa, tornava o discurso do vice-presidente da CCP frágil à contestação. Era perceptível que as notas, importantes para demonstrar as perspectivas dos acusados, não tiveram o mesmo poder que as declarações que um membro de uma instituição do governo.

Ainda no dia 25 de fevereiro, o OG publicava uma carta-resposta à crônica de José Lins do Rego chamada “O TRIGO e os ‘gangsters’” (Sindicatos da Indústria do Trigo 1949 p. 15). Esta carta-resposta endereçada a José Lins do Rego, cronista do periódico OG, demonstrava o interesse dos sindicalistas da indústria do trigo em terem sua perspectiva acessada pelo autor. Como pode ser visto nas duas crônicas analisadas, José Lins não percebeu os elementos de contestação publicizados na mídia e que assumiu como verdade as acusações feitas contra os moinhos. Esse esclarecimento dirigido diretamente ao autor, buscava restabelecer, na narrativa da nota, a verdade que estava em discussão. Ao discutir os pontos em que fortaleciam seu discurso como as já publicadas declarações do ministro Daniel de Carvalho, o esclarecimento também questionou: “Será a palavra do acusador mais valiosa do que as destas três autoridades conhecedoras do assunto?” (Sindicatos da Indústria do Trigo, 1949 p. 15). Nesse sentido, é reforçada a percepção que o poder e legitimidade que Rollemberg detinham eram superiores à apresentação dos elementos de contestação, porém, aqui, seu poder se restringiam à como a mídia o percebia.

A reportagem do dia 25 de fevereiro, aprofundou a discussão sobre o caso do trigo com a chamada “O escândalo do Trigo Nacional” (O Globo, 25 de fev. 1949 p. 1). Essencialmente um resumo, o aspecto novo aqui inscrito era a criação do anteprojeto para a intervenção e nacionalização dos moinhos. Elemento que antes indicava apenas a possibilidade de uma prática política era apresentado de forma melhor estruturada ao demonstrar que o trabalho na comissão parlamentar especial em defesa do trigo estava sendo direcionado para que a administração pública tomasse ação de acordo com as acusações do

membro da CCP. Aqui residia o elemento discursivo que produz o sentido: as acusações e denúncias sem provas publicadas e, sobretudo, com contestação pública inclusive dentro do governo, encontravam respaldo legitimador também dentro da esfera pública. Nesse sentido, o campo que estavam em disputa indicam dentro das instituições uma ala em que tratava o assunto com certa parcimônia e detinha indícios de problemas de infraestrutura e logística que justificava os atrasos da moagem e, outra, que acusava com base nesse atraso a intenção de desestabilizar a produção tritícola no Brasil. Nesse sentido, nessa comissão, a segunda perspectiva parecia encontrar maior respaldo legitimador.

No dia 26 de fevereiro no CM (1949), em aspecto inédito mas que recebeu pouca visibilidade, a Comissão Especial do Trigo fez declarações acerca das provas que tinham sido entregues para a investigação do caso. A reportagem indicou que “[...] o vice-presidente da CCP foi precipitado nas suas afirmações, cabendo, por outro lado, certa culpa ao ministro da Agricultura, que confiou nas informações do Serviço de Fomento a respeito da produção tritícola do Rio Grande do Sul” (Correio da Manhã, 26 de fev. 1949 p. 12). Nessas declarações, a comissão evidenciou que a confusão que havia sido feita pelas partes foi que a disponibilidade de trigo para a moagem era muito menor das declaradas anteriormente, já que não consideravam também a parcela de trigo retirada para a semeadura do próximo ano. Por isso, apelavam para que “cesse a campanha iniciada com a denuncia do vice-presidente da CCP e que estaria provocando conflito entre dois órgãos do governo” (Correio da Manhã, 26 de fev. 1949 p.12). Ficava evidente aqui que a questão sofria uma outra alteração discursiva: antes de um problema de intervenção estrangeira no mercado nacional, passava para a seguridade da soberania alimentar do país. Daí a modificação que se apresentava no quadro era o indício de que o caso estaria criando uma crise entre duas instituições, a CCP e o Ministério da Agricultura.

Essa nova narrativa, a de que tudo não passava de um engano ou equívoco e o discurso que buscava estabelecer uma neutralidade, isto é, a culpa não era nem de um nem de outro, também evidenciava elementos constitutivos de uma determinada moderação. Ao fazer esse meio de campo, a comissão percebia que essas discussões deveriam ser encerradas em tom solene e de comum acordo, não encontrando fatos que atestaram a intervenção argentina. Porém, é preciso perceber que as declarações feitas e as discussões que foram exibidas nos periódicos, em realidade, afetavam a imagem e a forma como eram apresentadas as demais instituições envolvidas. A busca de uma construção da representação ou forma de ver tanto a Argentina quanto os moinhos e para aqueles que se engajaram, de uma forma ou de outra, no

debate era elemento constitutivo da realidade e, portanto, criava essas novas formas apresentadas e representadas de ver o outro, o acusado ou acusador. Existia assim a tentativa de amainar a situação e essa reportagem em letras miúdas na última página, demonstravam o interesse de superar a questão de forma a não causar muito alarde, independentemente das questões levantadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem muitos aspectos que podem ser percebidos através dos resultados da análise de discurso como o uso da linguagem, que se modifica com o tempo, as percepções político-ideológicas que se apresentam em determinado período histórico, o sentido que o discurso produz e como a mídia forma e informa os seus leitores.

É notável a diferença do tipo de linguagem utilizada nos periódicos em relação a atualidade que não se restringe apenas aos elementos gramaticais de formação de frases etc, a estrutura em si é a mesma.

Aqui, refere-se especificamente como as palavras utilizadas para definir algo se modificam com o passar do tempo, sobretudo, com relação à palavra Nação. Por diversas vezes pode-se observar o uso da palavra “Nação” para referenciar o país e a povo simultaneamente, nessas narrativas, o uso buscou insuflar ou promover um sentimento de pertencimento e, inserindo estas características no contexto do caso do trigo, busca legitimar um posicionamento de defesa de um produto nacional. É nesse sentido que o discurso narrativo caminha da crítica aos moinhos para a defesa da soberania alimentar do país, elemento esse que concerne à nação a sua proteção. Nos dias atuais, a palavra Nação perde espaço para a palavra “Estado” que, sinônimos, constituem elementos distintos uma vez inseridos numa narrativa específica e, portanto, em um discurso específico, acabam produzindo um sentido distinto. Para exemplificar, ao falar de nação, a operação que aí se evidencia é a de simultaneidade entre povo e estado, enquanto, apenas a utilização da palavra Estado representa, especificamente, a administração pública nos dias de hoje. É preciso frisar, porém, que essas comparações temporais devem ser observadas a partir da sua delimitação no tempo histórico, ou seja: existe a palavra Estado no ano de 1949, esta referida à unidade da federação (Rio Grande do Sul, Paraná etc.), enquanto Nação é empregada de forma mais *lato sensu* e, por isso, detém um significado e uma significação específicas. Em Nações e Nacionalismos desde 1780, Eric Hobsbawm (2020) discute a construção do conceito de Nação e, em suma, observa que este fora aplicado no contexto da constituição dos estados nacionais como definidor de um elemento de unidade entre o espaço, o povo e o governo. É nesse aspecto que a linguagem analisada promove um tipo de discurso nacionalista, em consonância com os elementos políticos conformadores do período.

Outro elemento interessante para se discutir é a ambiguidade não esclarecida da palavra nacionalização. Quando os periódicos publicaram as questões do caso do trigo, as soluções propostas perpassaram a nacionalização dos moinhos, porém, não é explicitado se essa nacionalização era a compra dos moinhos por empresas brasileiras ou se era a estatização dessa indústria. Essa ambiguidade foi aprofundada de acordo com o contexto da época que, pautado pelo desenvolvimentismo e a centralidade do governo na condução da política econômica, indicava que a nacionalização estaria vinculada a esse princípio. No entanto, a nacionalização não necessariamente pressupõe a estatização da indústria no desenvolvimentismo, o que leva a essa questão.

Quanto às questões político-ideológicas que conformam o período, é necessário frisar que os elementos contextuais e, portanto, constitutivos de um determinado período histórico influem e afetam a percepção da realidade do sujeito histórico. As ideologias de um tempo, as suas proposições, a forma como a política, a administração pública e a economia são geridas passam, necessariamente, pelo crivo daquilo que se tem como teoria, ciência ou verdade naquele determinado tempo histórico e é por isso que as modificações que podem ser observadas ao longo do tempo demonstram também a forma como a sociedade (ou as sociedades) passam a perceber a realidade material a qual estão inseridas. No contexto do pós-guerra, as formações políticas apontam para um discurso de desenvolvimento dirigido, centralizado. É evidente que essas proposições não surgem no pós-guerra, estas são propostas anteriormente debatidas e colocadas a prova, porém, com a crise a partir da década de 1930 e devastação da guerra, a centralidade do governo nas decisões política-econômicas demonstraram que a perspectiva liberal clássica não atenderia às demandas históricas que se apresentaram naquela realidade. Por isso, os discursos dos periódicos reforçavam essa perspectiva, pois este era o *modus operandi* daquela realidade, de como o gerenciamento da Nação deveria ocorrer. Fomentado pelos elementos nacionalistas que podem ser observados no discurso, a economia dirigida exerce importante papel na conformação ideológica da população, sobretudo, através das mídias.

Esse discurso trouxe a questão da possível intervenção estrangeira que coloca em risco a produção nacional de um produto agrícola, de alimento para a população e, também, de capital para exportação, evidenciou ainda a necessária atuação do governo no sentido de salvaguardar a economia nacional da influência externa. Tais propostas demonstraram os aspectos discutidos anteriormente, da especificidade do cenário político, das ideologias e da ciência em determinado tempo histórico que produz um discurso e um sentido muito

característico: a defesa da soberania nacional. Independentemente da apresentação do contraditório, da contestação à narrativa acusadora e majoritária, contestação essa que demonstrou os problemas internos da produção, infraestrutura e logística no país, o discurso acusador que detém em si a capacidade de mobilização pela defesa nacional encontra, na mídia, o poder representativo necessário para fazer valer a sua perspectiva, as suas indicações que o mal funcionamento, o não cumprimento da portaria que estipulava a mistura de 30% do trigo brasileiro ao internacional não poderia ser apenas problema gerado pela insuficiência interna do país mas, outrossim, seria necessariamente gerado por uma influência internacional, que buscava prejudicar a economia nacional nesse setor específico, apenas essa perspectiva era validada. O caráter nacionalista do discurso, nesse sentido, parece impedir ou incapacitar o discursor de perceber as questões interiores da economia nacional, ou mesmo da atuação de sua instituição, a CCP.

É nesse aspecto que a mídia se conforma como protagonista na veiculação e construção de uma opinião pública acerca do assunto. Foram necessárias as exposições de ao menos 3 entes distintos (Ministério da Agricultura, Sindicatos da Indústria do Trigo e a Viação Férrea do Rio Grande do Sul) para que o discurso legitimado e representativo do sr Rollemberg pudesse então ser relativizado e mesmo assim, sendo feito apenas em parte das notícias analisadas. A partir disso, foram utilizados outros recursos discursivos para indiretamente reforçar a narrativa do vice-presidente da CCP, o que pôde ser observado nas notícias a seguir da reportagem chamada “O caso do trigo” do dia 23 de fevereiro no CM. Essas outras formas de abordar a questão, dando indícios de interesses argentinos no comércio de trigo com o Brasil, as pequenas narrativas que indicam a incapacidade dos moinhos de fazer a moagem a contento, de aplicar a mistura obrigatória, todos esses elementos vão conformando paulatinamente o sentido que, em suma, reforça a necessidade da atuação do interesse público em relação a indústria responsável pela moagem o que, no final das contas, asseguraria o desenvolvimento do bem nacional.

Além disso, os periódicos apresentam formas distintas de apresentação e afirmação de seu posicionamento político ideológico. Enquanto o OG apresenta de forma contundente a legitimação do discurso do vice-presidente da CCP, sobretudo através das crônicas de José Lins do Rego que demonstraram um posicionamento específico, a forma como o discurso foi constituído no CM não era tão declaratório pois utilizava-se de recursos narrativos adicionais, como a criação de pequenas colunas falando sobre dificuldades que podiam estar relacionadas com o caso, desenvolvendo o discurso e a narrativa de forma paulatina. Mesmo com as

reportagens que tratavam do assunto apresentando uma linguagem direta, ainda foi possível identificar os aspectos conformantes do posicionamento do jornal através da análise.

As narrativas apresentadas constroem, portanto, representações capazes de impor uma visão de mundo, no caso do estudo, do poder constituindo-se em guardião dos propósitos políticos. Os discursos constituídos ao longo das páginas dos periódicos indicam a continuidade de um projeto político-econômico nas esferas de poder e de representação e, é por isso que esse discurso transformando a sua forma (ora dando ênfase na acusação contra a Argentina, ora na defesa da soberania alimentar) não necessariamente modifica o seu conteúdo e sua significação: a de proteção da produção nacional sob um viés nacionalista.

FONTES

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>.

O GLOBO. Rio de Janeiro (1949) Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>.

SINDICATOS DA INDÚSTRIA DO TRIGO. **Sabotagem contra o trigo nacional?** Correio da Manhã. Rio de Janeiro, p. 8-8. 22 fev. 1949.

SINDICATOS DA INDÚSTRIA DO TRIGO. **Sabotagem contra o trigo nacional?** Correio da Manhã. Rio de Janeiro, p. 8-8. 24 fev. 1949.

SINDICATOS DA INDÚSTRIA DO TRIGO. **O Trigo e os "gangsters"** Correio da Manhã, Rio de Janeiro, p. 15-15 25 fev. 1949.

REGO, José Lins do. **O trigo e o Brasil.** O Globo. Rio de Janeiro, p. 7-7. 18 fev. 1949.

REGO, José Lins do. **O Trigo e os "gangsters".** O Globo. Rio de Janeiro, p. 9-9. 22 fev. 1949.

ROSA, Wenceslau. **Economia e Finanças.** Correio da Manhã. Rio de Janeiro, p. 3-5. 25 fev. 1949.

VELLOSO, M. J. Pimenta. **O solo e o Homem.** Correio da Manhã. Rio de Janeiro, p. 2-2. 24 fev. 1949.

REFERÊNCIAS

AYRES, Leonardo Staevie. **Governo Dutra : ortodoxia versus desenvolvimentismo no Brasil do pós-guerra**. 2013. 53 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Ciências Econômicas e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Carlos Frederico Werneck Lacerda**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/discursos-em-destaque/serie-brasileira/decada-1950-59/biografia-carlos-lacerda>. Acesso em: 01 dez. 2023.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Denúncias**. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas/integridade-publica/denuncias#:~:text=A%20denúncia%20é%20‘ato%20que,ao%20conhecimento%20da%20Administração%20Pública..> Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.125, de 4 de Abril de 1946. Dispõe sobre o controle de preços e cria órgãos destinados a impedir o encarecimento da vida**. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1946.

CANO, Wilson. **Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do estado nacional e a política nacional de desenvolvimento**. Revista de Economia Política, [S.L.], v. 35, n. 3, p. 444-460, set. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572015v35n03a04>.

CARVALHO, Eloísa de. **O Trigo no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **História e Análise de Textos**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 536-567.

CAVLAK, I.; SANTOS, R. G. C. dos. **Representações da Argentina imperialista – o antiperonismo na imprensa e na diplomacia brasileiras (1946-1950)**. Revista Eletrônica da ANPHLAC, [S. l.], n. 22, p. 258–295, 2017. DOI: 10.46752/anphlac.22.2017.2681. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/2681>. Acesso em: 27 jun. 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2013.

COMIRAN, Vitória. **Projeto desenvolvimentista, a propriedade da terra e produção agrícola no norte do RS**. 2021. 121 f. Dissertação (Mestrado) – PPG-História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2021.

COSENDEY, Jaqueline Nunes da Fonseca. **Argumentação na mídia impressa: textos opinativos d O Globo na década de 1940 e na atualidade**. 2011. 167 f. Tese (Doutorado em

Literaturas de Língua Inglesa; Literatura Brasileira; Literatura Portuguesa; Língua Portuguesa; Ling) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FALCON, Francisco. **História e Poder**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínio da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo**. FGV. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-de-assis-chateaubriand-bandeira-de-melo>. Acesso em: 01 dez. 2023.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2103.pdf. Acesso em 16 out. 2023.

HEINSFELD, Adelar. **As fronteiras nacionais e a imprensa na república velha**. Passo Fundo: Acervus, 2020.

HEINSFELD, Adelar. **“O pão nosso de cada dia”: tensões no comércio de farinha entre Brasil e Argentina no início do século XX**. *Estudios Históricos*, Rivera, v. 15, n. 30, p. 1-30, dez. 2023.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

MACHADO, Ironita A. Policarpo. **Entre Justiça e Lucro**. 2. ed. Passo Fundo: Acervus, 2020.

MAGALHÃES, Regis Marque de. **Política econômica e comércio exterior Brasil - Argentina (1946-1955)**. 2014. 31 f. Monografia (Licenciatura em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MATEO, José Antonio. **Entre hipóteses de conflito e sociedade comercial Puerto Quequén (Argentina) e os portos do Brasil, 1929-1955**. *Antíteses*, [S.L.], v. 8, n. 16, p. 149, 18 dez. 2015. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/1984-3356.2015v8n16p149>.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012. 100 p.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. **O Pacto ABC: as relações brasil-argentina na década de 1950**. Passo Fundo: Ediupf, 1996.

REIGOTO, Luhan Martins; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de; CERQUEIRA, Luiz Fernando. **ASPECTOS PRODUTIVOS DO GOVERNO DUTRA (1946-1951)**. In: XIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 14ª Conferência Internacional de História de

Empresas, p. 1-34. Criciúma. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2019.

SARETTA, Fausto. **Crescimento e política econômicos no governo Dutra.** Est. Econ., São Paulo, v. 25, n. 3, p. 415-431, dez. 1995.

SKIDMORE, Thomas E.. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930 - 64).** São Paulo: Editora Schwarcz Ltda., 2010.

SOURROUILLE, J. V.; RAMOS, A. **El trigo y las ganancias del IAPI entre 1946 y 1949: Miranda y la política económica en los inicios del peronismo.** Desarrollo Económico, v. 53, n. 209-210, p. 27-56, 2013.